

**JOSÉ SERRA E FERNANDO H. CARDOSO**

---

**AS DESVENTURAS DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA \***

- \* Este trabalho foi escrito em janeiro de 1978 quando os autores eram professores visitantes do Institute for Advanced Study, Princeton. Agradecemos os comentários de Luiz Gonzaga Belluzzo e dos colegas do CEBRAP, especialmente de Vilmar Faria.

Não é fácil ser intelectual nas sociedades da periferia do sistema capitalista. Menos ainda ser intelectual de esquerda. As tentações para imitar são tão grandes e a realidade circundante tão evasiva que, freqüentemente, as palavras ganham um contorno mágico e os conceitos evaporam entre meias verdades e platitudes. Mesmo sabendo-se disso é difícil escapar: o título deste trabalho, por exemplo, ressuma a Merleau Ponty. E note-se a desproporção: no caso original a coroa de espinhos era posta nada menos que na cabeça dos que, bem ou mal, procuravam adaptar a herança clássica às experiências da construção do socialismo e, no afã de justificar o que muitas vezes era injustificável, distorciam as idéias; em nosso caso a crítica disparada sobre um pensamento cujos ardores pouco mais do que justificara, *ex post*, algumas aventuras políticas e não chegaram a imprimir nas coisas e na sociedade a marca de qualquer triunfo.

Que fazer? Não cabe lastimar a má qualidade da arena e a desproporção da luta. A plethora de mal-entendidos que vêm animando na última década o debate sobre dependência, revolução, fascismo, subimperialismo e quejandos requer debate. Pedem o rigor e a elegância, entretanto, que a estocada seja direta, evitando o terreno escorregadio da demagogia, para o qual reconhecemos nossa inapetência.

Já se disse em outra oportunidade, mas convém repetir: se os modelos científicos de interpretação não são capazes de identificar processos sociais novos ao mesmo tempo em que explicam como e por que os antigos se repetem, seu alcance é curto. Pelo menos nas ciências humanas as análises que reiteram a inevitabilidade da "reprodução" da história, fixando-se em leis imaginárias, não vão além das pernas; é preciso mostrar como as estruturas, ao "reproduzirem-se" pelas ações e relações dos homens, se recriam e dessa maneira são repostas velhas-novas contradições. Esta perspectiva, que não se abre à síntese metafísica, dá a possibilidade de entender-se como os conflitos se desenvolvem e como é possível a transformação.

Quando o pensamento não permite identificar os processos sociais novos, ou quando ele esconde sua importância no arsenal de "leis", "contradições" e "lógicas" imaginárias, por mais revolucionárias ao nível da retórica que sejam as palavras empregadas, apenas ajuda a consolidar a ordem existente. Se, ao contrário, o pensamento for capaz de apontar para processos emergentes, mesmo que nasça tímido e balbuciando palavras heterodoxas, pode abrir um horizonte à prática transformadora. Por certo, esta não decorre daquele nem é plausível esperar que se possa elaborar um pensamento aberto à ação transformadora ao abrigo das lutas e do debate engajado. Mas não basta o empenho

e a intenção para mudar a sociedade: é preciso que a teoria esteja baseada no exercício correto do instrumental analítico e que não deixe os fatos ao léu, como se fossem mera e desprezível “empíria”.

No caso em pauta — dos que se empenharam por criar uma dialética da dependência — cremos que não falta a vontade generosa de alinhar a razão com o *bon coté* da humanidade. Falta, isto sim, afinar o instrumental analítico e assentar as asas da razão menos na imaginação adulteradora e mais no movimento do real, escapando da repetição ou da novidade meramente verbal. Oxalá possamos neste artigo, senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos colocar trancas que fechem as falsas saídas.

Convém deixar claro, desde o início, que não é por menosprezo à análise política que a exposição se concentrará na crítica das categorias econômicas. Ao contrário: interessa-nos criticar as explicações econômicas propostas porque elas, fundamentadas pobremente na teoria marxista, sugerem práticas políticas equivocadas. Se no plano da análise econômica os equívocos podem ser sanados pela crítica, as políticas inspiradas por estas mesmas análises podem levar a desastres cuja “correção” passa muitas vezes pelo sacrifício, até físico, de setores importantes de toda uma geração.

Nada mais daninho e duradouro em seus efeitos do que uma racionalização teórica que, escondendo dos menos avisados os crassos enganos em que se baseia, pavimenta na imaginação dos que querem mudar a ordem estabelecida um caminho que dá a impressão de estar balizado pela “coerência política, cientificamente estabelecida”. Quando o impulso generoso dos que desejam revolucionar se soma a postulados falsos ou equívocos, não só a teoria se empobrece embebida em má política (o que é menos grave) como a política se estiola em tentativas, frustrações e enganos. Depois de certo tempo, à custa de muita energia perdida, o ímpeto revolucionário desanima e cede à apatia. Mas parece que a rigidez mental de alguns intelectuais leva-os a continuar ostentando, como os mandarins, os lauréis acadêmicos obtidos com um saber que já está morto; assim, dando uma conotação mais dramática à observação de Keynes, continuam, como fantasmas, persuadindo os políticos a serem escravos de idéias defuntas.

Neste artigo nos preocuparemos com a análise de um autor, Rui Mauro Marini. Embora não seja ele o único que se aventurou pela dialética da dependência, foi sem dúvida quem apresentou o quadro explicativo mais geral para dar coerência às análises e para prescrever a partir delas a ação política. De fato,

Marini propôs ambiciosa teoria para explicar a dialética da dependência pela necessária super-exploração do trabalho na periferia — fonte, para ele, do intercâmbio desigual —, ligou tal teoria às idéias relativas ao esgotamento do mercado interno e à estagnação provocadas pelo estilo de desenvolvimento em curso; sugeriu qual era a alternativa burguesa para sair do impasse — o subimperialismo — e, por implicação, mostrou que o dilema fascismo ou socialismo (colocado por Teotônio dos Santos entre outros) era teoricamente sustentável, na medida em que a superexploração requer a repressão e condiciona o desenvolvimento capitalista a moldes socialmente restritivos, os quais só poderiam ser rompidos através da Revolução socialista. Assim a aurora revolucionária teria como incubadeira o acicate da estagnação e da crise.

Sem negar no plano valorativo a validade da alternativa socialista, vejamos em que se fundamenta a opção de Marini no plano analítico. Ou seja, examinemos a força teórica da dialética da dependência como método explicativo para discernir as “leis de movimento” que relacionam e explicam os processos e fenômenos acima mencionados. Esclareça-se, desde logo, que a destruição eventual de alguns ou mesmo de todos os principais supostos das teorias de Marini não implica na inviabilidade do socialismo. Por sorte para este (e para as classes dominadas da América Latina) existem outros, e mais sólidos, argumentos para sustentar, por caminhos diferentes, o mesmo resultado.

Antes de convidar o leitor a fazer o retorcido percurso da dialética da dependência e, no caminho de volta, aplainar as arestas dos erros cometidos, parece-nos útil indicar qual era a percepção corrente na última década sobre os problemas do desenvolvimento econômico capitalista na América Latina. Para isso, faremos no tópico inicial deste trabalho — “Desenvolvimento nacional e estagnação econômica” — uma síntese de como certos círculos de esquerda abordavam esta questão.

Em seguida, apresentaremos a seção intitulada “O intercâmbio que não é bem igual”, na qual analisaremos os fundamentos do ponto de partida da dialética da dependência e algumas de suas hipóteses iniciais, sobre as relações do comércio internacional entre o centro e a periferia e, especialmente, a respeito das relações de produção sob que assentam as diferenças do comércio internacional.

Desbastadas as dificuldades iniciais da referida dialética, analisaremos os passos subseqüentes do pensamento de Marini. No item sobre “O subimperialismo e as trevas” veremos como se faz renascer um Frankenstein com *appeal* político, embora sem fundamentação teórica adequada e assentando em base empírica

escassíssima. Por fim, no tópico sobre “A superexploração do trabalho (ou a mais-valia que nunca é relativa)” ver-se-á como o que não se sustentava na análise do passado tem maiores dificuldades ainda para manter-se como teoria geral do sistema capitalista periférico contemporâneo.

## I. DESENVOLVIMENTO NACIONAL E ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

A partir de meados dos sessenta passou a considerar-se como evidente a frustração dos chamados “projetos de desenvolvimento nacional”, segundo os quais o desenvolvimento das forças produtivas na periferia latino-americana poderia e deveria, de acordo com o padrão capitalista “clássico”, ser realizado sob a condução de uma burguesia nacional hegemônica. A esta burguesia caberia aliar-se com as massas trabalhadoras para promover a industrialização do seu país, mediante a “internalização dos centros de decisão” — isto é, a ruptura ou significativo enfraquecimento dos laços de dependência — e a realização da reforma agrária, com vistas a ampliar o mercado interno e baratear a produção de alimentos.

As teses do “desenvolvimento nacional” afirmavam que o capitalismo não se dinamizaria sem a referida internalização dos centros de decisão, a modernização da agricultura e a redistribuição da renda. Isso porque, no plano estritamente econômico: a) a falta de uma reforma agrária implicaria numa dupla e crucial restrição à expansão de mercado interno: por um lado, manteria reduzida a demanda por produtos industriais por parte da força de trabalho rural; pelo outro impediria uma redução significativa do custo dos alimentos, não permitindo que se liberasse poder de compra urbano para a aquisição de produtos manufaturados; b) a dominação do capital estrangeiro nos setores dinâmicos da indústria implicaria em: i) descapitalização do país<sup>1</sup> via remessa de lucros, pagamentos de *royalties*, etc.; ii) bloqueio do desenvolvimento de atividades internas produtoras de bens de capital; iii) utilização de tecnologia pouco absorvedora de mão-de-obra, inadequada à disponibilidade de recursos do país, levando a um crescimento limitado da demanda de força de trabalho, à concentração da renda e à limitação do mercado interno, além de impor a necessidade de maiores taxas de acumulação; c) sem redistribuição da renda se estimularia

1. Isto aconteceria também na medida em que o referido capital controlasse o setor exportador. Este aspecto mais o da propriedade externa em serviços de transporte e utilidade pública eram os mais enfatizados num período anterior, quando os países centrais ainda não tinham interesse em investir na industrialização da periferia.

a demanda de artigos de consumo supérfluo, importados ou produzidos internamente em escalas inadequadas, frustrando-se a formação de mercados internos de massa para a indústria e, portanto, reduzindo a eficiência e os *feed-back* indispensáveis a um crescimento industrial auto-sustentado e rápido; d) a debilidade da industrialização, sua falta de verticalização e caráter dependente do processo só fariam manter ou agravar os problemas de comércio exterior, preservando a subordinação das economias, a um esquema de divisão internacional do trabalho que as mantinha como exportadoras de produtos primários e importadoras de bens industriais e sujeitas aos azares das variações dos índices de relações de troca como os países desenvolvidos.

Entre os formuladores das teses do “desenvolvimento nacional” estava a chamada esquerda ortodoxa, para a qual a revolução nacional-democrático-burguesa representava uma etapa a ser cumprida e um caminho fundamental a ser percorrido antes de que se pudesse pensar no socialismo. Uma versão mais acadêmica do referido projeto, retoricamente mais moderada ou menos explícita em certos pontos, atribuída a setores da intelectualidade considerados “reformistas”, veio a denominar-se “desenvolvimentismo”.<sup>2</sup>

Uma breve revisão da literatura sociológica e política latino-americana dos anos sessenta mostra como se multiplicaram até a saciedade as críticas à ideologia do desenvolvimento nacional. Inclusive, foi a partir da constatação da inviabilidade desse projeto e da crítica à metodologia que lhe era subjacente que foram feitas as primeiras elaborações em torno do conceito de dependência. Aquela inviabilidade era claramente demonstrada pelas informações disponíveis já na primeira metade da década passada. Como se disse para o caso brasileiro ainda antes do golpe de 1964, a burguesia industrial teria optado decididamente.

*(...) pela ordem, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio-menor de capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza (Cardoso, 1964, p. 186-187).*

No caso, porém, o que mais nos interessa assinalar é que parte representativa dos críticos do projeto nacional-desenvolvimentista, não obstante contestar até o cansaço o realismo da crença na existência de uma burguesia nacional hegemônica nos moldes

2. Nessa versão se omitia, ou enfatizava-se menos, a natureza de classe e o caráter antiimperialista do referido projeto.

requeridos, não rejeitou e chegou até a assumir a idéia de que as reformas preconizadas no referido projeto eram uma condição *necessária* para viabilizar o desenvolvimento capitalista na América Latina. Implicitamente compartiu a visão de que, dentro dos marcos do sistema capitalista, a alternativa ao nacional-desenvolvimentismo era a estagnação, realidade que a desaceleração do crescimento em várias economias da América Latina entre meados dos cinquenta e dos sessenta parecia confirmar.

Confundi-se assim a inviabilidade do projeto nacional-desenvolvimentista com frustração do desenvolvimento capitalista. E foi a partir de concepções como essa, somadas entre outras coisas ao “efeito de demonstração” da revolução cubana, bem como a uma deficiente análise da consciência, situação e possibilidades de organização do movimento operário e/ou camponês, que parte da esquerda latino-americana deduziu que, uma vez “queimada”, pela inexistência, a etapa nacional democrático-burguesa, a alternativa imediata que se colocava para as classes exploradas era a de elas mesmas tomarem em suas mãos a tarefa de promover o desenvolvimento, removendo os obstáculos da estrutura agrária tradicional e da dominação externa e abrindo caminho ao socialismo, dentro de um processo de revolução ininterrupta. Assim, em meados dos sessenta se afirmava que, no Brasil,

*nas atuais condições a perspectiva de desenvolvimento da crise (...) leva inevitavelmente à opção entre socialismo ou estagnação burguesa. Todas as outras alternativas são utópicas (Santos, 1968, p. 41).*

*(...) as medidas de eliminação das barreiras ao desenvolvimento capitalista no país poderão ser realizadas somente sob a direção das classes trabalhadoras urbanas e rurais. (Estas) são e têm sido as únicas classes conseqüentes com a luta pelo desenvolvimento nacional. Neste caso a revolução não se paralisará e abrirá caminho ao socialismo (op. cit., p. 113).<sup>3</sup>*

3. Parece justo ressaltar que outros trabalhos de Teotônio dos Santos são mais ricos e matizados do que poderiam sugerir essas citações isoladas. Na verdade, o autor mais representativo da perspectiva analítica que indicamos é um não latino-americano: Andre Gundher Frank (ver, por exemplo, Frank, 1968 e 1970). Este autor chega a explicar o caráter da burguesia latino-americana da seguinte forma: “Como a metrópole se apodera de uma porção crescente dos mais lucrativos negócios da América Latina e submete o resto a tremendas dificuldades econômicas, à burguesia, que vive de negócios menos lucrativos, não resta outra alternativa que a de lutar — mesmo em vão — por sua sobrevivência, agravando em preços e salários o grau de exploração da pequena burguesia, operários e camponeses, com o fim de espremer algum sangue adicional — e às vezes tem que recorrer à coação militar direta para lográ-lo. Por esta razão, sem dúvida mais que por motivos idealistas ou ideológicos, quase toda a burguesia latino-americana vê-se obrigada a contrair alianças com a burguesia metropolitana — isto é, submeter-se. Mesmo no curto prazo a burguesia latino-americana não pode defender interesses nacionalistas e opor-se à usurpação estrangeira numa Frente Popular com operários e camponeses na América

Ou ainda, nas palavras de outro autor:

*Tudo consiste em obter uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, vale dizer que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isto não é possível no marco do sistema capitalista, não resta ao povo brasileiro senão um caminho: o exercício de uma política operária de luta pelo socialismo (Marini, 1969, p. 119).*

Parece-nos importante anotar, por outro lado, que esse tipo de análise ajudou a racionalizar os argumentos utilizados por parte da esquerda latino-americana ao longo dos anos sessenta e começos dos setenta para justificar a “luta armada”, embora esta tenha tido matrizes político-ideológicas de outras origens.<sup>4</sup>

Observemos, por último, que entre os que aceitaram a idéia da estagnação e se preocuparam com proposições de alternativas nem todos concluíram que necessariamente o socialismo estava às portas (ou então que fosse desejável). Este foi, por exemplo, o caso de autores como Hélio Jaguaribe, um dos mais importantes propugnadores do desenvolvimento nacional que, escrevendo em 1969 e considerando ser

*a estagnação latino-americana uma das principais características estruturais atuais da região (...) (Jaguaribe, 1972, p. 23).*<sup>5</sup>

reuniu imaginação criadora suficiente para redefinir as bases de seu antigo projeto, agora em termos de “autonomia desenvolvimentista”, cujo principal ator passaria a ser a classe média, sobretudo a representada pela oficialidade militar. Em palavras de Jaguaribe, “os grupos progressistas, nacionalistas e não corrompidos” desta oficialidade substituiriam

*a ideologia da independência satelizante pela ideologia da autonomia desenvolvimentista e (imprimiriam) um giro de 180 graus na direção da qual apontam os tanques (Jaguaribe, 1969, p. 46).*

Latina porque a mesma usurpação neo-imperialista está forçando a burguesia latino-americana a explorar ainda mais os seus supostos aliados operários e camponeses, obrigando-a assim a privar-se desse apoio político” (Frank, 1968, p. 28).

4. Aquela racionalização pode ser encontrada, por exemplo, em Marini, 1969, p. 152-162 (“Os supostos da luta armada”). Para uma versão mais simplificada ver Frank, 1968 e 1970. Cabe advertir que variaram muito entre os diferentes autores as concepções sobre o papel da luta armada bem como a respeito da forma de levá-la à prática.
5. Note-se que entre 1965 e 1969 o Produto Interno Bruto do conjunto da América Latina havia crescido a uma média de 5,3 por cento anual (2,4 por cento per capita), taxa que dificilmente poderia ser considerada como representativa de uma situação de estagnação. Entre 1969 e 1973 a referida média elevou-se a 6,7 por cento (Dados de CEPAL, 1971 e 1975).

Foi a partir da crença na impossibilidade de levar adiante as transformações que permitiriam o avanço do capitalismo, crença essa que era, como vimos, amplamente aceita e não só por autores marxistas, que o pensamento latino-americano começou a dar voltas com as questões relativas ao porquê desta situação. Quase todos, neste esforço, beberam da fonte de conhecimento mais sólida então disponível: a CEPAL. Nem todos, entretanto, concordaram com as explicações *cepalinas* e alguns chegaram mesmo a apresentar alternativas, que, embora obviamente fossem aparentadas com aquela escola, faziam questão de mostrar sua radical diferença frente ao pensamento “pequeno burguês” que a CEPAL era acusada de abrigar, e nem sequer reconheciam filiação indireta com a matriz. No tópico seguinte, analisaremos as relações entre as teorias cepalinas e o nascimento da dialética da dependência, a qual, *malgré* pai e filho, são como Dr. Jekil e Mr. Hyde do filme.

## II. O INTERCÂMBIO QUE NÃO É BEM IGUAL

O ponto de partida que Marini procurou para fundamentar as contradições que animariam a dialética da dependência foi a análise que vinha constituindo, desde as publicações de Prebisch e Singer dos anos quarenta, e cavalo de Tróia da teoria clássica do comércio internacional: a tendência à deterioração dos índices de relações de troca (IRT) em detrimento da América Latina no seu comércio com países capitalistas centrais. Antes de verificar se Marini deu — segundo sua pretensão — um passo adiante em relação à teoria cepalina, nos parece conveniente apresentar esta última em forma resumida.

### A deterioração dos termos de intercâmbio

Na versão do Cepal baseada nos dois autores citados acima, passava-se de uma constatação empírica feita pelo Departamento de Economia das Nações Unidas<sup>6</sup> para uma tentativa de explicação do fenômeno. Nesta tentativa apresentou-se um argumento que, posteriormente, viria representar o fundamento das teorias do chamado “intercâmbio desigual” dos terceiromundistas francófonos<sup>7</sup>, e que se relacionava com a assimetria na repartição

6 A constatação empírica de Singer é a mesma que Marini cita (Marini, 1973, p. 30), atribuindo implicitamente a “descoberta” dos dados da ONU a Paolo Santi, que escreveu décadas depois de a CEPAL haver publicado seus estudos.

7. Essas teorias, elaboradas quase 20 anos depois da publicação dos textos de Prebisch, Singer e da CEPAL, não obstante seu mais elevado grau de formalização algébrica e sofisticação em termos de uso de categorias marxistas, não foram muito mais longe em achados substantivos. Trechos básicos dos textos de Prebisch e da CEPAL

dos benefícios do progresso técnico entre os países capitalistas centrais (A) e os países periféricos (B). Em termos bem simples, segundo a teoria cepalina, admitindo-se que os países A exportam um produto manufaturado M para os países B, os quais, por sua vez, exportam para A um produto primário P, a referida assimetria se deveria a que:

— em A, os aumentos de produtividade na produção de M (máquinas têxteis, por exemplo) são rápidos — posto que o progresso técnico tende a penetrar e difundir-se com maior vigor e amplitude nas atividades industriais — e não se traduzem em redução proporcional significativa do preço unitário de M.

— em B os aumentos de produtividade na produção de P (café, por exemplo) são mais lentos — dada a natureza das atividades primárias — e tendem a refletir-se em reduções proporcionais dos preços.

Por que esse comportamento desigual?

Porque, dirá Prebisch, nos países industrializados os ganhos de produtividade que decorrem do progresso técnico são apropriados pelos capitalistas e pelos trabalhadores, os primeiros por dirigirem empresas com elevado grau de monopólio e os segundos por disporem de sindicatos fortes, que lhes permitem defender seus salários e forçar seu aumento (acompanhando os incrementos da produtividade). Já nos países periféricos, exportadores de produtos primários, não se dão nas mesmas condições, entre outras coisas, porque os trabalhadores não dispõem de instrumentos político-sociais, e da capacidade para impor níveis salariais mais elevados.

O argumento acima resumido constitui uma das principais explicações apresentadas pela CEPAL para a deterioração do IRT assinalada no estudo da ONU. A referida deterioração proviria, ao menos em parte, do fato de que os preços dos produtos manufaturados M não declinariam de acordo com a elevação da produtividade, enquanto os preços dos produtos primários diminuiriam.<sup>8</sup>

A constatação da existência de uma tendência à deterioração do IRT dos países periféricos no longo prazo foi objeto de grande controvérsia, principalmente pelo fato de basear-se num

estão na coletânea preparada por Aníbal Pinto *El Pensamiento de la CEPAL*, (CEPAL, 1969), cap. I. Ver especialmente a introdução do mesmo Aníbal Pinto a esse volume, p. 16-20.

8. Outro argumento da CEPAL, muito enfatizado inicialmente por Singer, que com o decorrer dos anos adquiriu mais notoriedade e de certo modo veio a obscurecer o anterior, referia-se às disparidades nas elasticidades renda da demanda, dos países centrais A por importações de produtos primários P e dos países periféricos B pelas importações de produtos manufaturados M, sendo a segunda bem maior que a primeira. Um terceiro argumento, pouco mencionado pela CEPAL, se refere à relativa rigidez ou imobilidade na oferta que afeta em geral a produção de produtos primários.

estudo do comércio exterior de um só país capitalista central — a Grã-Bretanha — cuja representatividade seria discutível.<sup>9</sup>

Contudo, o debate sobre a evolução do IRT, que não abordaremos aqui, não esgotava todas as implicações da análise da CEPAL. Com efeito, esta foi além do problema de deterioração das relações de troca, chegando mesmo a contestar um dos postulados fundamentais da teoria clássica do comércio internacional, segundo o qual todos os países se beneficiariam igual e reciprocamente dos ganhos de produtividade nas atividades exportadoras alcançados por seus parceiros de comércio.

Era essa suposição que estava por trás da tese de que existia uma equidade essencial no mecanismo de especialização da produção e da divisão internacional do trabalho e que dava credibilidade aos que se pronunciavam — ainda nos anos quarenta deste século — contra a industrialização da periferia.

Ora, caso a premissa clássica se cumprisse, era evidente que, devido à maior intensidade da penetração e difusão do progresso técnico nas atividades industriais, o IRT deveria ter-se movido, no longo prazo, *contra* os países centrais e a favor dos países periféricos. Como isto não ocorrera demonstrava-se a falsidade da premissa “clássica” e ruía o argumento utilizado para sustentar a irracionalidade da industrialização na periferia.

Foi o processo segundo o qual os ganhos de produtividade se repartem desigualmente entre os dois países (ou grupos de países) que comerciam que se denominou *intercâmbio desigual*.<sup>10</sup> É óbvio, mas não custa sublinhar (dada a freqüente confusão a respeito), que o intercâmbio desigual em prejuízo de um país *não necessariamente* implica deterioração do seu IRT e vice-versa. Os preços relativos da mercadoria M, produzida em país A, e da mercadoria P, produzida no país B, podem permanecer constantes entre um ano e outro mas, simultaneamente, pode ocorrer um intercâmbio desigual (ou ampliar-se ou diminuir) entre ambos os países no mesmo período, a favor de A caso a produtividade na produção de M tenha aumentado mais do que a produtividade na produção de P. Ou então B pode estar

9. Entre outras coisas, os ganhos de produtividade nas atividades exportadoras inglesas para o período analisado (aproximadamente dois últimos decênios do século passado e primeira metade do atual) não seriam comparáveis aos de outras economias, mais dinâmicas, do capitalismo central (Estados Unidos e Alemanha, por exemplo). Por outro lado, a marcada sobrevalorização da libra no mesmo período poderia gerar distorções nos preços relativos.

10. Na formulação da teoria do intercâmbio desigual supõe-se que existe uma tendência à equalização das taxas de lucro, bem como mobilidade do capital, mas não da mão-de-obra, em escala internacional. Essa desigualdade não se verifica apenas mediante variações no tempo, como é o caso da deterioração do IRT. Sua avaliação é complicada pois está subordinada à operação da lei do valor nas relações econômicas internacionais, problema cuja elucidação teórica convincente está ainda por fazer-se. Mas isso não pode servir como pretexto para negar o que é incontestável, isto é, que devido a diferentes condições da luta de classes um grupo de países tende a reter mais que outro os ganhos de produtividade em suas economias mantendo-se ou ampliando-se o fosso existente entre ambos.

ganhando, caso a relação entre os aumentos das produtividades seja inversa. Noutros termos, o IRT (como a designação indica) registra a variação de *preços relativos*, enquanto o intercâmbio desigual se refere às variações de produtividade e de *valores unitários*.

Que desdita sofreu a análise de Prebisch na pena de Rui Mauro Marini?

### A teoria de intercâmbio de R. M. Marini

Marini, *en bon marxisme*, procurou fazer a revolução copernicana: não se deve explicar a desigualdade pelo comércio (pelo mercado); é preciso detectá-la no sistema produtivo. Entretanto, como vimos, Prebisch não a explicava ao nível do mercado. Não fazia derivar do comércio *em si* a diferença de preços relativos entre a indústria e a agricultura, nem desconhecia os avanços relativos maiores do progresso técnico na indústria, embora não menosprezasse (como o faz erroneamente Marini) a ocorrência de progresso técnico também na agricultura e na mineração. Introduzia no seio da explicação, contudo, um elemento que se Marini tivesse aproveitado bem os textos cepalinos teria certamente utilizado: a luta de classes é o componente dinâmico na explicação do fenômeno. Sem que se considere, por um lado, a capacidade de luta dos trabalhadores industriais no Centro bem como a defesa pelos empresários de seus interesses monopolistas, e, por outro, a fraqueza relativa de ambos na periferia, não se explica o intercâmbio desigual, processo que reflete as condições reais das relações sociais nas quais se desenvolve a produção capitalista.

Ao invés de seguir esta pista, Marini propôs uma bizarra teoria do intercâmbio desigual, confundindo este fenômeno com a tendência à deterioração das relações de troca. De que modo?

Os passos da dialética de Marini são os seguintes:

1. O que determina a quota (taxa) de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração do trabalho (relação entre tempo de trabalho excedente e tempo de trabalho necessário).<sup>11</sup>

11. Já a esta altura Marini tropeça na utilização das categorias da análise econômica marxista. Isto não deixa de ser surpreendente para quem propôs "dissipar a confusão que costuma estabelecer-se entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade" (*Ibid.*, p. 24). Assim, depois de afirmar que a introdução do progresso técnico por um capitalista individual "(...) não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, quer dizer, não incide na quota de mais-valia" (*Ibid.*, p. 25), ele nos assegura que: "Se o procedimento técnico que permite o aumento de produtividade se generaliza às demais empresas e portanto não acarreta tampouco o aumento da quota de mais-valia se terá somente

2. Sendo assim, a redução do valor na produção das mercadorias que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores (os *wage-goods* ou bens-salário) é o instrumento à disposição do capitalista para aumentar a quota de mais-valia de que se apropria (posto que dessa maneira reduz-se o tempo de trabalho necessário para repor a força de trabalho consumida na produção e conseqüentemente aumenta-se o excedente) (*op. cit.* p. 26).
3. O aumento da produtividade concorre para este processo, mas não é o único meio para alcançar o resultado desejado. Com a inserção da América Latina no comércio mundial como região exportadora de alimentos teria sido possível "(...) reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo-se assim que o incremento da produtividade se traduzisse ali (nos países industrializados) em quotas de mais-valia cada vez mais elevadas" (*Ibid.* p. 27). Ou seja, a exportação de bens-salário pela América Latina desempenhará um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais (*sic*).
4. A diminuição do valor do capital variável (nos países centrais) proporcionada pelas exportações latino-americanas de alimentos teria um efeito contraditório pois elevaria a taxa de mais-valia mas ao mesmo tempo aumentaria a composição-valor (orgânica) do capital e *portanto* (*sic*) tenderia a diminuir a taxa de lucros:

*Como a quota (taxa) de lucros não pode ser fixada somente em relação ao capital variável, mas sim sobre o total do capital adiantado (avançado) sobre o processo de produção, quer dizer, salários, instalações, maquinaria, matérias-primas, etc., o resultado do aumento da mais-valia tende a ser — sempre que implique, mesmo em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la — uma baixa da taxa de lucros (ibid., p. 28).*

5. Depois de supor que a taxa de lucros nos países centrais tende a baixar pelas razões que aponta, Marini recorre de novo à América Latina para salvar a situação, na medida em que a região exportava matérias-primas industriais que teriam barateado, em valor, o capital constante dos países industriais,

*aumentado a massa de produtos sem fazer variar seu valor, ou, o que é a mesma coisa, o valor da unidade de produto se reduziria em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho. A conseqüência seria, portanto, não o incremento da mais-valia, mas sim sua diminuição" (Ibid., p. 25) (grifo nosso). Ou seja, a penetração e generalização do progresso técnico reduziria a mais-valia. Isto sem que tivessem se elevado, em valor, os salários. (Suposto que, aliás, não haveria por que fazer-se) e sem que se tivesse reduzido a massa de valor produzida!*

contrabalançando desse modo a mencionada tendência à baixa taxa de lucro. Assim, segundo Marini, teria havido no caso da exportação de matérias-primas um processo que

*(...) aparece como a contrapartida — sob o ponto de vista da composição-valor do capital — da oferta mundial de alimentos. Tal como ocorre com esta última, é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional que a América Latina não apenas alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que se superem os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para esta expansão (Ibid., p. 29).*

É este o primeiro resultado da análise de nosso autor: a inserção da economia periférica latino-americana resolveria, de golpe e contraditoriamente, duas dificuldades da explicação relativa às relações centro-periferia; as exportações desta última ao mesmo tempo em que tenderiam a baixar a taxa de lucro dos países centrais graças às reduções da composição de valor do capital variável (sic), contrabalançariam esta tendência porque também barateariam, em valor, o capital constante empregado pelas economias centrais.

Estabelecida essa tendência, Marini passa a demonstrar por que tal mecanismo assentaria na superexploração do trabalho na periferia. Sigamos seu raciocínio:

1. Sendo o incremento da produtividade na produção de M (máquinas têxteis, por exemplo) maior do que o incremento correspondente na produção de P (café, por exemplo), e transferindo-se em menor medida aos preços, estaria havendo uma crescente transferência de *valor* da periferia para o centro, já que uma unidade de M se venderia a um preço crescentemente superior ao seu valor, diz Marini.
2. Sendo assim, a taxa de lucro em A (país industrializado produtor de M) aumenta, enquanto a taxa de lucro em B (país exportador de P) cai (sic!).
3. Para reagir a esta “queda” da taxa de lucro, os capitalistas dos países exportadores de produtos primários teriam de aumentar a produção física a fim de compensar a massa de valor que teria sido perdida.
4. No esforço para contrabalançar a “transferência de valor” excessiva para o centro, os capitalistas da periferia deveriam “lançar mão necessariamente de maior exploração do traba-

lho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante o prolongamento da jornada de trabalho, seja combinando os dois procedimentos" (*Ibid.*, p. 36).

5. Estabelecida a "lógica de ferro" da superexploração como único mecanismo compensatório para aumentar a massa de valor e a "quantidade de dinheiro" produzida no intercâmbio (sic!), "explicar-se-iam" a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio e o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas. Tão seguro estava Marini da descoberta de sua lei que reiterou rebarbativamente: as nações desfavorecidas não procuram corrigir o desequilíbrio entre preço e valor, mas sim compensar a perda de renda através da maior exploração do trabalhador.

### Críticas à "Teoria" de Marini

Que dizer dos pressupostos desta dialética da dependência ancorada na superexploração como mecanismo de resposta à queda no IRT?

Por certo, já o dissera Prebisch, existe realmente a tendência à manutenção de um diferencial de salários em prejuízo dos trabalhadores da periferia. Isso é importante econômica e politicamente, sempre que se entenda que o fundamento dinâmico dessa relação é o processo da luta de classes, e não uma férrea lei imaginária. Mas Marini *inverte* a análise e tropeça na lógica. Inverte porque toma como causa, ao invés da história real, uma tendência que ele supõe teoricamente existir. E tropeça porque confunde alhos com bugalhos. Vejamos como:

Em primeiro lugar, quanto à "tendência" duplamente contraditória dos efeitos das exportações sobre a taxa de lucro dos países industrializados, a inconsistência da análise é flagrante. Basta um exemplo<sup>12</sup>: quando Marini diz (ver ponto 4 acima e a página 28 do seu livro — Marini, 1973) que as exportações latino-americanas de alimentos, ao baratearem o capital variável e elevarem, portanto, a composição orgânica do capital, geram uma tendência para que a taxa de lucro decline, está afirmando justamente o oposto do que de fato tenderia a ocorrer, de acordo com a lógica mais elementar da análise econômica baseada nos conceitos marxistas. A redução em valor do capital variável, mesmo causando um aumento na composição orgânica do capital (por diminuir o denominador desse coeficiente), não faz senão elevar a taxa de lucro, ao provocar um forte aumento da

12. Além do apontado na nota anterior e de muitos outros mais, cuja exposição seria fatigante.

taxa de mais-valia (na medida em que reduz o denominador e aumenta o numerador, simultaneamente, desse coeficiente).<sup>13</sup>

Assim, o movimento "dialético" que, num só golpe, explica o dinamismo do centro e a inevitabilidade do atraso da periferia (daí, por certo, o entusiasmo de Marini pela *boutade* de Gunther Frank sobre o "desarrollo del subdesarrollo" que ele declara considerar "impecável") (*Ibid.*, p. 18) revela sua falta de fundamento teórico.

Não se limita nosso autor a este engano teórico. O novelo dos equívocos é grande. Vejamos alguns mais. Em primeiro lugar, não entraremos aqui no problema da *transferência* de valor através do comércio exterior, assunto muito complicado que Marini dá, com ligeireza, por resolvido. Que a questão não é simples o demonstra, entre outros, o fato de que não havendo mobilidade da força de trabalho fica difícil estabelecer-se, em escala internacional, o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, o qual, por sua vez, é crucial como requisito para a operação da lei do valor. Mas os equívocos não chegam a vicejar num terreno teórico tão sofisticado.

O erro central da análise, não sujeito às controvérsias que suscita a questão assinalada no parágrafo acima sobre se a lei do valor opera em escala internacional, consiste em supor, e não haveria por que fazê-lo, que o aumento da produtividade na produção de bens manufaturados nos países centrais implica *na redução da taxa de lucro na periferia*. Ora, isso seria descabido, pois a importação de produtos manufaturados continuaria fazendo-se *pelo mesmo preço* por unidade de produto industrializado. O que ocorre de fato não é o encarecimento absoluto dos produtos industriais, mas a manutenção de seu preço de venda, apesar da queda do seu valor unitário. A diferença, obtida pelos ganhos de produtividade, distribui-se, conforme o avanço da luta de classes entre os trabalhadores e os capitalistas dos países industrializados. Assim, o centro se enriquece e a periferia empobrece, mas *relativamente*. Este processo não afeta a taxa de lucro na Periferia e não induz, conseqüentemente, a qualquer *inevitabilidade econômica* da tendência à superexploração.<sup>14</sup>

13. Com efeito, dado que  $r = \frac{Z(1-n)}{C+V}$ , sendo  $r$  a taxa de lucros,  $C$  o capital constante em valor,  $V$  o capital variável em valor,  $Z$  o produto total em valor, e  $n=V/Z$ , é fácil constatar que uma diminuição de  $V$  provoca, *ceteris paribus*, um aumento de  $r$ . Não seria lógico supor, por outro lado, que *porque* diminui  $V$ , graças às exportações latino-americanas de alimentos,  $C$  teria que subir. A elevação de  $r$  pode demonstrar-se provando-se que  $dr/dV < 0$ , para  $Z$  e  $C$  constantes. Com efeito, sendo  $r = \frac{Z-V}{C+V}$   $dr = \frac{-(C+V)-(Z-V)}{(C+V)^2} = \frac{-(C-Z)}{(C+V)^2} < 0$ .

14. A conclusão de que a taxa de lucro na periferia se reduz como conseqüência do intercâmbio desigual é descabida na medida em que a massa de valor nela produzida não se alterou e que, por outro lado, não tendo os produtos importados se tornado mais caros, não se poderia dizer que  $C$  ou  $V$  se elevaram devido a algum aumento dos preços dos seus componentes importados. Lembremos que  $r = \frac{Z-V}{C+V}$ .

Tampouco a transferência para os preços de exportação dos ganhos de produtividade gerados na periferia leva à baixa da taxa de lucro, posto que o custo unitário de produção teria baixado na mesma proporção, sempre que não diminuísse a quantidade de produtos vendidos por unidade de capital investido ou que o preço de mercado não caísse proporcionalmente mais que o preço de produção interno.<sup>15</sup>

Reiterando-se, a fim de precisar bem o assunto: quando o IRT do país periférico B se deteriora por causa do intercâmbio desigual<sup>16</sup>, isto não significa, *ceteris paribus*, que a taxa de lucro em B se reduz, ou que B está transferindo rendas para fora. A rigor, a baixa taxa de lucro ou a transferência de renda se dão através da deterioração do IRT quando e somente quando esta não é causada diretamente pelo intercâmbio desigual por si só mas sim por razões relativas, por exemplo, à oferta e à demanda.<sup>17</sup>

Evidentemente, sendo descabida a idéia de que a taxa de lucros dos capitalistas da periferia se reduziria *porque aumenta* a produtividade no Centro (o “desarrollo del subdesarrollo”) o é também a idéia de que só a superexploração do trabalhador e o aumento físico da produção salvariam os capitalistas da periferia do colapso que a dependência deles diante dos países centrais impõe.

Mas não param aí os equívocos. Toda a análise da “superexploração necessária” está baseada num pressuposto gratuito: o de que houve aumento da produção exportadora na periferia em condições necessárias de produtividade decrescente (ou estagnada), hipótese básica para a explicação de Marini sobre a tendência à intensificação ou extensão da jornada de trabalho,

15. Essas suposições são necessárias pelo seguinte: pode ser que o aumento da produção que resulta da elevação da produtividade (em condições de constância da quantidade de recursos investidos) se defronte com uma demanda-preço pouco elástica, em cujo caso poderia haver superprodução, permanecendo uma parcela de produção sem vender-se e diminuindo a relação produto vendido-capital investido, o que comprometeria a taxa de lucros. Ou então poderia ocorrer uma queda desproporcional dos preços, o que também comprometeria a taxa de lucros. (Não se excluem, é claro, possibilidades que combinam ambas as situações). É evidente que os supostos acima têm a ver com as condições de oferta e demanda, solenemente menosprezadas por Marini (ver nota 17).

16. Convém reiterar que o intercâmbio desigual implica deterioração do IRT para um país determinado quando e somente quando, *ceteris paribus*, o aumento da produtividade na produção dos seus artigos de exportação e transferido aos preços. Quando o intercâmbio desigual se dá pelo aumento de produtividade nas atividades exportadoras dos países que com ele comerciam (sem transferência aos preços), não há, *ceteris paribus*, deterioração do IRT. Marini, não só menospreza o papel do progresso técnico na exportação da periferia, coisa que Prebisch e qualquer historiador ou economista bem informado nunca fez, como atribui a deterioração do IRT dos países periféricos ao intercâmbio desigual causado pelo aumento da produtividade (não transferido aos preços) nas atividades exportadoras dos países centrais.

17. Duas dessas possíveis razões apontamos na nota 8. Mas Marini declara que falar em oferta e demanda constitui uma explicação simplista para o fenômeno da deterioração, argumentando que: “(...) se bem a concorrência desempenha um papel decisivo na fixação de preços, ela não explica por que, do lado da oferta, se verifica uma expansão acelerada independentemente de que as relações de troca estão se deteriorando” (*Ibid.*, p. 30-31).

O problema, evidentemente, não é simples, mas de nenhum modo sua solução consistiria no “achado” de Marini que, antes de mais nada, confunde bisonhamente

a salários constantes.<sup>18</sup> Esta faz o raciocínio de Marini cair inadvertidamente numa armadilha: dá-lhe um sabor ricardiano, mas engloba argumentos que o próprio Ricardo repeliria. Com efeito, para Ricardo, a teoria sobre os rendimentos decrescentes da terra não conduz a uma inevitável *baixa* de salários, posto que estes, para ele, estariam regulados pelas necessidades de subsistência, o que é uma suposição razoável para ser adotada quando se está lidando, como em nosso caso, com modelos estilizados de economias primário-exportadoras com “oferta elástica de mão-de-obra”.

Isto sem que se mencione o horror que sentiria Marx diante da rigidez de um raciocínio que reintroduz, via intensificação da exploração, uma nova “lei de bronze” dos salários ou, por outro lado, ante a idéia dos rendimentos necessariamente decrescentes da terra, do tipo ricardiano.<sup>19</sup> Mais ainda: é preciso considerar que houve aumento de produtividade, senão diretamente em cada empresa agrícola ou mineradora (e nestas houve muita), pelo menos da produtividade “social”, decorrente, por exemplo, da abertura e acesso de novas terras graças às estradas de ferro que foram construídas desde meados do século XIX na América Latina (com enormes repercussões, por exemplo, na economia cafeeira de São Paulo e na incorporação de terras, depois da “guerra do deserto”, na Província de Buenos Aires), da introdução do arame farpado para cercar propriedades, da introdução de técnicas que permitiram o “esfriamento” das carnes (*chilled beef*) na Argentina e no Uruguai. Enfim, todo um elenco de técnicas que aumentaram a produtividade na produção exportadora da América Latina.

No outro extremo, custaria crer que para compensar a suposta “transferência de valor”, ao invés de recorrer *exclusivamente* à intensificação do trabalho, os capitalistas não tivessem produzido mais mercadorias utilizando o expediente que Celso Furtado mostrou que era o básico: simplesmente, dada a abundân-

intercâmbio desigual com deterioração do IRT. A oferta *pode* expandir-se mesmo que o IRT esteja se deteriorando e esteja havendo intercâmbio desigual, sempre que haja uma elevação da produtividade que compense, ao nível dos custos, a baixa de preços. Por outro lado, uma hipótese para o aumento da oferta no longo prazo sem que haja o compensador aumento da produtividade e sendo os preços declinantes, mencionaria os estímulos existentes para aumentar a produção durante as fases expansivas dos ciclos nos países capitalistas centrais bem como as dificuldades para contraí-la durante as fases minguantes, pela natureza da atividade produtiva de bens primários e, se poderia acrescentar, devido à falta de oportunidades alternativas de investimentos.

18. O que significa, na prática, redução dos salários por unidade de energia desgastada no trabalho ou por hora trabalhada.

19. Por exemplo, numa carta a Engels, de 7 de janeiro de 1851, Marx escrevia, criticando Ricardo: “Não há dúvida que com o progresso da civilização cultivam-se solos cada vez piores. Mas é certo também que como consequência do progresso da ciência e da indústria estes solos são relativamente melhores, comparados às anteriores terras de boa qualidade” (Marx, 1968, II, p. 1502; Edição de Maximilien Rubel).

E isso Marx escrevia pensando apenas no progresso técnico ao nível das unidades produtivas, sem se referir ao processo, posterior a 1850, da incorporação de novas terras da periferia, graças à “revolução” nos transportes.

cia da oferta de terras e de mão-de-obra, por que não incorporar mais terras e mais trabalhadores (a salários iguais, ao redor do nível de subsistência) para aumentar a produção? Será que já naquela época os capitalistas estavam enrascados na perversidade da dialética da dependência e desdenhavam os meios mais fáceis e rendosos à sua disposição para compensar secretamente o “intercâmbio desigual” pelo chicote cada vez mais igual no lombo da classe trabalhadora?

Por fim, reiteremos, coroando a sucessão de equívocos, Rui Mauro Marini, ao desvendar o “segredo do intercâmbio desigual”, confunde o tempo todo “deterioração do índice das relações de troca” (IRT) com “intercâmbio desigual” e os dois intercâmbios não são bem iguais... O último conceito, como vimos, refere-se às relações entre *produtividade* e *preços*, assim como evolução dessas relações. Já o conceito de deterioração do IRT refere-se somente às variações das relações de preços sem considerar diretamente a produtividade.

Esperamos que tenha ficado claro para o leitor que não estamos sustentando a inexistência do intercâmbio desigual ou a intranscendência da evolução dos índices de relações de troca. Apenas convém não confundir as questões “descobrimo” explicações, desvendando “segredos” e estabelecendo conexões de modo equívoco, com base numa dialética que foge das coisas para ancorar-se na metafísica de um palavreado confuso. Tal procedimento não implica apenas num erro de teoria econômica. Ele põe de escanteio o que é básico: a dinâmica que deriva da luta entre as classes. Esta, por certo, desenvolve-se a partir de contradições sociais e econômicas básicas (que não são as apontadas por Marini). Mas é o jogo *político* que faz mover numa ou noutra direção os parâmetros econômicos dentro dos quais se desenvolve a luta entre as classes. O reducionismo econômico que faz repousar a impossibilidade da expansão capitalista da periferia em limites estruturais de tipo dos apontados por Marini, além de, como vimos, serem falsos teoricamente, matam o nervo da análise política, levando-a a basear-se num catastrofismo que não se cumpre.

### **Alguns enganos adicionais (e de fatos)**

Deixamos propositadamente para um comentário final algumas questões que revelam a falta de cuidado na fundamentação empírica das teses de Marini sobre a dialética da dependência. Por certo, os erros teóricos por si já reduzem a quase nada o alcance da explicação proposta. Mas mesmo que eles não existissem, seria necessário que as hipóteses partissem de processos

reais. A primeira pergunta, na linha histórica da comprovação da tese seria: é certo que os países centrais importaram bens-salário da América Latina?

O próprio Marini, em nota, apresenta estatísticas sobre os bens-salário que a Inglaterra importava (como proporção do seu consumo total) por volta de 1880: 45% do trigo, 54% de manteiga e queijo, 94% de batatas, 70% da carne (*Ibid.*, p. 27). Não discutamos, por agora, se o consumo dos trabalhadores ingleses excluía produtos industrializados. Nem pensemos, tampouco, que boa parte da produção latino-americana, principalmente nas Antilhas e no Brasil, era feita pela mão-de-obra escrava, o que dificulta "algo" na análise da transferência *do valor* entre esta região e o Centro. Basta, como argumento, olhar os dados: de todos os produtos listados, a América Latina poderia ter uma participação importante apenas na exportação de carne (que dificilmente seria bem de consumo importante dos trabalhadores ingleses) e de trigo. Pior ainda para o argumento de Marini: a carne e o trigo eram exportados do Uruguai e da Argentina, países nos quais, a crer nos historiadores, a superexploração do trabalho era menor, em comparação com o resto da região.

Quanto às matérias-primas, não é melhor para o argumento uma confrontação com a história: a matéria-prima principal no comércio internacional da época era o algodão, que a Inglaterra não importava da América Latina, mas dos Estados Unidos. A América Latina exportava lã para a Inglaterra mas, outra vez, esta exportação saía do Uruguai e da Argentina, países que, junto com a Austrália e a Nova Zelândia, constituíam as peças fundamentais da divisão do trabalho entre a Inglaterra e sua periferia. Que nos conste, não foram estes países os que se caracterizaram dentro da periferia por terem burguesias agrárias mais débeis e piores níveis de vida para os trabalhadores. Por certo, apesar disso, poderia ter ocorrido "transferência de valor". Mas, a crer na teoria da superexploração, haveria de explicar por que os demais países da periferia que não exportavam bens-salário e não arcavam com o ônus da "transferência do valor" para o centro (pois não comerciavam estes produtos) continuaram a ser, por muito tempo, os mais pobres e seus operários e trabalhadores do campo mantiveram-se com os salários mais baixos do que os argentinos e uruguaios...<sup>20</sup>

20. O leitor desejoso de verificar melhor a consistência do "fundamento histórico" do raciocínio de Marini pode consultar o livro de D. C. M. PLATT, *Latin America and British Trade* (Platt, 1973). A título de exemplo: em 1913 apenas 16 por cento das importações britânicas originavam-se na América Latina (p. 25). Depois de 1880 a participação da Argentina no total das importações inglesas da América Latina foi avassaladora. Naquela data a Argentina exportava 1 milhão de libras e a América Latina no conjunto cerca de 19 milhões; em 1913 as exportações argentinas chegavam a 42 milhões, num total de 76 milhões de libras da América Latina em seu conjunto. É de assinalar que, fora carne e trigo, itens que a Argentina exportava consideravelmente para a Inglaterra, o Reino Unido dava preferência à importação de pro-

### III. O SUBIMPERIALISMO E AS TREVAS

Colocado, como vimos na secção precedente, o fantasma da inviabilidade da acumulação capitalista na periferia desde o passado, como explicar a industrialização que está ocorrendo hoje? Nosso autor não hesitou: se não se expande o mercado interno, a industrialização se faz pela exportação das manufaturas; se não há acumulação nacional, importa-se o capital estrangeiro. Assim, de dedução em dedução, foi elaborando uma “nova teoria”. Ajuntou-lhe um qualificativo antigo mais atraente, pela força explicativa real que contém, e contribuiu com um prefixo: *sub-imperialismo*. Depois desta operação, novo reducionismo, desta vez com a política: o militarismo é a consequência necessária da *etapa atual* do capitalismo dependente. Assim, ao contrário do Senhor que fez das trevas luz, Marini, referindo-se ao regime brasileiro pós 1964, fez do que era claro escuridão:

*A ditadura militar (...) constituiu o instrumento e o resultado de um tipo de desenvolvimento que poderia ser chamado capitalista de estado e subimperialista (Marini, 1972, p. 14) \* (destaque nosso).*

*(...) a elite militar que dirigiu o golpe (em 1964) não somente interveio na luta de classes mas também apresentou todo um esquema econômico-político, o qual consagra definitivamente a fusão de interesses entre ela e o grande capital. Esse esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro (Marini, op. cit., p. 15).*

Como se nota, a noção de subimperialismo seria extremamente abrangente, transcendendo, desde logo, o caso brasileiro. E embora não envolva somente elementos econômicos, como esclarece o autor, esses elementos estão na raiz de sua emergência e reprodução. Será deles, portanto, que trataremos nesta secção, procurando primeiro identificar qual o pensamento de Marini a respeito quando analisa o processo brasileiro posterior a 1964. Seus argumentos podem ser resumidos nos seguintes pontos:

duto primários de suas próprias colônias. Isso poderia dar força de verdade a uma “dialética do colonialismo” como fundamento da industrialização: sem qualquer novidade. Mesmo neste caso, entretanto, é preciso ter cautela. Pelo menos no que se refere a matérias-primas, como o algodão, os Estados Unidos detinham, entre 1910 e 1914, 74,3% do total das exportações mundiais. Parece, entretanto, difícil sustentar o “desarrollo del subdesarrollo” dos Estados Unidos... Não queremos entrar no detalhe da discussão sobre o papel histórico das economias periféricas para a acumulação dos países centrais, nem queremos negá-lo. Apenas, para examinar com seriedade a questão, não tem cabimento expor uns magros dados sobre as importações inglesas e, sem mais análise, aventurar-se a uma teorização sobre o papel da periferia — dentro dela a América Latina — no processo de acumulação de capital dos países centrais.

\* A tradução do texto de Marini (1972) para o português foi feita em base à edição do mesmo em castelhano, mimeografada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade do Chile, mas a fonte original é a indicada na Bibliografia.

1. Por que subimperialismo? Porque o Brasil pós 64 carecia de uma base tecnológica própria — ao ser uma nação dependente — e não podia lutar por mercados externos pela força.<sup>21</sup> Assim,

*A solução encontrada, apropriada a um país dependente e que converte seu imperialismo em subimperialismo, foi a de oferecer sociedade aos monopólios estrangeiros na exploração do trabalhador brasileiro e nos lucros decorrentes da expansão comercial — quer dizer, realizar essa política mediante uma aliança irrestrita com o capital estrangeiro (Ibid., p. 16-17).*

2. Qual a conexão fundamental entre o subimperialismo e a economia? De acordo com o autor, “O problema do mercado constitui o eixo do esquema do subimperialismo” (Ibid., p. 15). Vejamos como<sup>22</sup>:

*Seja por sua política de reforçamento da aliança com o latifúndio seja por sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa que intentar expandir-se para o exterior e passa então a ser-lhe necessário garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo da produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala na mesma direção: a exportação de manufaturas (Marini, 1969, p. 86) (grifo nosso).*

3. De que forma aquela aliança limita o crescimento do mercado interno? No que se refere ao latifúndio pela não-realização da reforma agrária. Quanto à integração com o imperialismo, aparentemente devido primeiro à canalização de lucros para fora do país, o que imporia à burguesia a necessidade de sobreexplorar os trabalhadores, para assim garantir sua fatia no produto gerado. Segundo, devido à “intensificação da reno-

21. Para explicar este aspecto, Marini recorre a um paralelo entre o Brasil pós 64 e a Alemanha nazista! Segundo ele, até o Governo Castelo Branco (1964-67) o programa econômico do regime militar “(...) era similar ao que foi aplicado na Alemanha dos anos trinta pelo nazismo (mas) o Brasil não dispunha, em termos relativos, da base tecnológica da Alemanha dos anos trinta, e tampouco podia, como esta, disputar os mercados pela força” (Ibid., p. 16). Evidentemente seria cometer uma impiedade analisar a proposição segundo a qual o programa do regime brasileiro nos seus primeiros anos era semelhante ao do III Reich.

22. Suas explicações a respeito, num livro publicado em 1969, não coincidem exatamente com as que apresenta num artigo e num livro posteriores, publicados em 1972 e em 1973, respectivamente.

vação tecnológica” que a referida integração implica, a qual, segundo o autor, criaria desemprego, circunstância que, por sua vez, comprimiria tanto a massa quanto a taxa de salários. Em suas próprias palavras:

*A política de integração ao imperialismo tem um duplo efeito: aumentar a capacidade produtiva da indústria, graças ao impulso que dá aos investimentos e à racionalização tecnológica e, em virtude desta última, acelerar o desequilíbrio existente entre o crescimento industrial e a criação de empregos na indústria.*

*Não se trata, como vimos, apenas de reduzir a oferta de empregos para os novos contingentes que chegam anualmente (...) ao mercado de trabalho: implica também na redução da participação da mão-de-obra já em atividade, aumentando fortemente a incidência do desemprego (op. cit., p. 113) (destaque nosso).<sup>23</sup>*

4. Como ficam os trabalhadores e a burguesia nesse esquema? Os primeiros em situação insustentável:

*A expansão imperialista da burguesia brasileira tem que basear-se numa maior exploração das massas trabalhadoras nacionais seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo, o que implica salários baixos e mão-de-obra disponível, quer dizer um elevado índice de desemprego; seja porque se processa juntamente com um aumento da penetração dos capitais norte-americanos, o que exige a extração de um sobrelucro da classe operária” (Ibid., p. 88-89).*

Ou seja, a “expansão subimperialista”, que teria partido de uma situação de elevada exploração dos trabalhadores, agravaria ainda mais esse fenômeno.<sup>24</sup>

23. O autor continua, reiterativo e sentencioso:

“A integração imperialista sublinha, portanto, a tendência do capitalismo industrial brasileiro que o torna incapaz de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento e, mais ainda, o impele a restringir tais mercados, em termos relativos. Trata-se de *uma agudização da lei geral de acumulação capitalista*, quer dizer, a absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema, já evidenciada pelos altos índices de capacidade ociosa verificados na indústria brasileira inclusive na sua fase de maior expansão. A marcha dessa contradição fundamental do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, quer dizer, expandir a produção restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva” (Ibid., p. 113-114).

24. Neste aspecto, Gundher Frank contribui para o enriquecimento da “teoria” do subimperialismo ao dizer-nos que:

“Nos países subimperializados da América Latina o investimento brasileiro leva também à redução dos salários, já que é a única reação defensiva possível da burguesia local. Deste modo, o subimperialismo também aprofunda as contradições exis-

Quanto à burguesia, somente seu setor monopolista associado aos grupos estrangeiros se beneficiaria. Este setor, segundo Marini, "reina soberano" no "motor do desenvolvimento" que é "a indústria de bens intermediários e de equipamentos" (*Ibid.*, p. 117). O setor da "burguesia nacional" que permaneça ligado às atividades mais atrasadas só perderia:

*A política subimperialista da grande burguesia, tratando de compensar a queda das vendas internas com a expansão exterior, não pode, contudo, beneficiar a chamada "burguesia nacional", a qual, em meio a quebras e enganos, viu-se empurrada a uma situação desesperada (Ibid., p. 117-118).*

5. Mas a mesma lógica econômica, que leva ao "assalto subimperialista" dos mercados externos, conduz também, dentro do mais simplista figurino pseudomarxista, a que o sistema tenda

*(...) a sublinhar seus aspectos mais irracionais, canalizando quantidades crescentes do excedente econômico para o setor improdutivo da indústria bélica e aumentando, pela necessidade de absorver parte da mão-de-obra desempregada, seus efetivos militares (Ibid., p. 116).*

6. Quais seriam as conseqüências políticas do fenômeno subimperialista? Entre outras:

*a) (Posto que o golpe de 1964 definiu uma) escisão horizontal das relações de classe (e que) a prazo mais ou menos curto é inevitável que essa escisão (...) provoque uma guerra civil aberta (...), a expansão imperialista da burguesia brasileira (ao intensificar a) exploração imperialista do povo brasileiro (é fator suficiente para) intensificar a luta de classes arriscando a posição da burguesia (Ibid., p. 88-89). b) (Por outro lado) a conjunção dos movimentos revolucionários do Brasil e dos demais países latino-americanos, quer dizer, a internacionalização da revolução latino-americana, aparece como a contrapartida inevitável do processo de integração imperialista em sua nova fase inaugurada pelo golpe militar brasileiro. O fato de que a marcha dessa integração tenda a escindir cada vez mais as relações entre as burguesias nacionais e as massas trabalhadoras, deixa entrever que o caráter dessa revolução, mais que popular, será socialista (Ibid., p. 89).*

tentes entre a burguesia e os setores de trabalhadores de cada um desses países" (Frank, 1968, p. 29).

7. Em trabalhos posteriores Marini procurou introduzir outros elementos econômicos em sua análise, reforçando suas principais conclusões. Antes de examiná-los conviria lembrar que em fins dos anos sessenta vários escritos da CEPAL e de alguns autores estruturalistas passaram a atribuir bastante ênfase ao papel do setor de bens de consumo durável — BCD — no desenvolvimento recente dos países mais industrializados da América Latina. Estes trabalhos chamaram a atenção para as disparidades que existiriam entre o nível de renda per capita desses países e o padrão de consumo implícito na produção do setor de BCD, cujas atividades apareciam como as mais dinâmicas da economia; os referidos padrões tendiam a corresponder aos prevalecentes nos países capitalistas desenvolvidos, cujas rendas per capita eram várias vezes superiores às dos países latino-americanos. No caso brasileiro, algumas análises sublinharam o papel relevante do setor de BCD nos ciclos de expansão observados desde meados dos cinquenta.

Os trabalhos mencionados parecem ter inspirado Marini a procurar sofisticar sua análise do subimperialismo, revelando, contudo, mais imaginação que rigor teórico, capacidade analítica ou observância dos fatos. Através dessa sofisticação o autor pretendeu demonstrar a *necessidade* do capitalismo latino-americano efetuar o que ele denomina “superexploração” dos trabalhadores, a qual, por sua vez, constituiria “(...) o pilar do esquema de subimperialismo” (Marini, 1972, p. 22). Vejamos resumidamente como.

8. A base de seu raciocínio está no seguinte parágrafo:

*Dedicada à produção de bens que não entram ou entram muito escassamente na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias aos trabalhadores, isto em dois sentidos. Em primeiro lugar porque, a não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, pois, a desvalorização das manufaturas o que influirá na quota de mais-valia. Isto dispensa o industrial de preocupar-se em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade do produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia através de uma maior exploração — intensiva e extensiva — do trabalhador, bem como a redução do seu salário além do seu limite normal (Marini, 1973, p. 64).*

9. Mais adiante, no mesmo texto, Marini procura retificar ou ao menos precisar melhor sua análise, ao especificar que, em lugar do conjunto da indústria, os ramos para os quais

*(...) o aumento da produtividade induzida pela técnica (...) não pode traduzir-se em maiores lucros através da elevação da quota de mais-valia, mas somente mediante o aumento da massa de valor realizado (op. cit., p. 72).*

são os ramos que produzem BCD, os quais seriam, segundo o autor, os mais vinculados “às novas técnicas de produção”. Portanto,

*A difusão do progresso técnico na economia dependente marchará (...) conjuntamente com uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação segue dependendo no fundamental mais do aumento da massa de valor e portanto de mais-valia — do que da cota de mais-valia (Ibid., p. 72).*

10. Por outro lado, os problemas de realização que esse esquema acarretaria, na medida em que os ramos que mais absorvem progresso técnico não vendem sua produção para os trabalhadores, implicariam na necessidade de transferir poder de compra dos trabalhadores para os grupos mais altos, a fim de alimentar a demanda por aquela produção. Isto significaria que:

*(...) se comprime (...) a capacidade de consumo dos trabalhadores (fechando-se) qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender ao consumo popular (Ibid., p. 73).*

Ou seja, fecha-se o círculo vicioso:

*A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo que divorciava o aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas (Ibid., p. 74).*

11. Daí novamente ao subimperialismo seria um passo bem curto:

*(...) não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários e orientando-se antes no sentido da compressão salarial, que os exclui de fato*

*desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército industrial de reserva, como obrigou-se a restringir aos capitalistas e camadas médias altas a realização das mercadorias de luxo. Isto colocará, a partir de certo momento (que se define nitidamente em meados da década dos sessenta) a necessidade de expandir-se para o exterior, quer dizer, de desdobrar novamente, agora a partir da base industrial — o ciclo do capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial. A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários, converte-se então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores disruptivos que a afligem. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de concorrência internacional, assiste-se em toda a América Latina à ressurreição da velha economia primário-exportadora (Ibid., p. 75).*

12. Como seria também um passo a emergência, no caso brasileiro, do que o autor denomina textualmente de “Estado militarista de tipo prussiano (!) (Ibid., p. 76).

*(...) o aumento do papel do Estado como promotor de demanda (...) na prática se dá principalmente através dos gastos militares, o único meio efetivo de consumo supérfluo. (...) A militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo o foi para a Alemanha dos anos trinta. Assim como ocorreu com o nazismo, a guerra deve ser seu resultado (...) (destaque nosso).*

Dentro de um marco teórico e analítico um pouco mais rigoroso e diante de uma observação menos ligeira da experiência brasileira, se pode asseverar que de nenhuma forma os fundamentos econômicos dessa “teoria” do subimperialismo mantêm-se de pé. E mais, obscurecem o sentido do que realmente aconteceu no país, dificultam a compreensão da dinâmica do capitalismo na América Latina e, o que é pior ainda (como sempre), tendem a levar a conclusões profundamente errôneas quanto a proposições de ação política.

Os equívocos dos analistas do subimperialismo ilustram bem alguns dos problemas relacionados com a linearidade na abordagem da relação entre economia e política, com as dificuldades para identificar contradições no terreno em que

elas efetivamente existem e com as deficiências de análise econômica propriamente dita. Como o leitor mais familiarizado com economia, marxismo e a história contemporânea da América Latina compreenderá, é inevitável apontar e analisar em poucas páginas todos os equívocos e tortuosidades de pensamento exposto. Tentaremos, contudo, mostrar alguns deles.

### Crítica à “teoria” do subimperialismo

Lembraríamos, de início, que não há por que deduzir-se que, diante de possíveis problemas de realização, a “solução” para uma economia capitalista tenha que repousar necessariamente num crescente saldo positivo da balança comercial (*export surplus*) ou mesmo na demanda autônoma governamental de armamentos. A demanda de consumo e de investimento dos próprios capitalistas, os gastos “sociais” e de investimento do governo, as políticas de “pleno emprego”, o desperdício em obras ou projetos supérfluos não militares, o financiamento de bens de consumo aos setores de poder aquisitivo insuficiente, etc., também constituem alternativas. E as formas que o sistema vai encontrando, criando e reproduzindo para manter a demanda efetiva, bem como as contradições que as mesmas engendram, não serão o resultado de deduções abstratas e mecanicistas mas sim de circunstâncias histórico-concretas que cabe ao analista tratar de identificar.

Assim, a forma mais rápida de evidenciar a fragilidade da “teoria” do subimperialismo consiste em começar recordando uma relação macroeconômica simples, segundo a qual a Despesa Interna Bruta (DIB) de uma economia depende em razão direta do Consumo Privado (C), do Investimento (privado e das empresas públicas) (I), do Gasto do Governo (consumo e investimento) (G) e do excesso de Exportações (X) de bens e serviços sobre as Importações de bens e serviços (M) (serviços que excluem pagamentos a “fatores”, como juros e lucros).<sup>25</sup> Em termos ex-post, DIB é sempre igual ao Produto Interno Bruto (PIB), mas em termos ex-ante pode variar de acordo com variação dos componentes mencionados, afetando, em consequência, o nível do PIB. Segundo está implícito na análise do subimperialismo, a partir de meados dos anos sessenta ter-se-ia cristalizado no Brasil a tendência crônica a que o crescimento da DIB se desacelerasse como consequência da desaceleração de C (o que também repercutiria negativamente em I), comprometendo

25. Ou seja,  $DIB = C + I + G + (X - M)$ . No caso,  $(X - M)$  equivale ao saldo da balança comercial de bens e serviços “não de fatores” (SBC).

assim o crescimento dos lucros e do PIB. O regime militar teria surgido precisamente como resposta à crise provocada por esse problema, devendo então procurar a solução para o mesmo via despesas militares e através das exportações.

As despesas militares caberia, assim, independentemente de sua função política, ter cumprido um papel fundamental para elevar a demanda efetiva. Como pregou Marini, essas despesas representariam, afinal de contas, o *único* meio efetivo de gastar-se em desperdícios (sic). É de se supor também que na medida em que teriam proporcionado aquela elevação deveriam ter implicado num aumento dos gastos públicos como proporção do PIB. Ora, em primeiro lugar pode-se mostrar que durante o regime militar este aumento ou não ocorreu ou foi bem pequeno. Como indica a tabela 1, os gastos públicos passaram de 21,1% do PIB em 1959 a 22,5% em 1973<sup>26</sup> — ou seja, uma elevação de 1,4%, a qual pode, inclusive e provavelmente, ter-se

**TABELA 1**

**Despesas gerais do Governo (excluindo empresas públicas),  
por principais categorias, como percentagem do PIB**

<b>Categoria</b>	<b>1949</b>	<b>1959</b>	<b>1970</b>	<b>1973</b>
Funcionalismo Público	6,3	6,5	7,3	7,1
Outros Bens e Serviços Correntes	5,4	5,4	2,6	2,6
Formação Bruta de Capital Fixo	4,3	4,1	4,0	3,9
Transferências e Subsídios	3,1	5,1	8,5	8,9
<b>Total do Setor Público</b>	<b>19,1</b>	<b>21,1</b>	<b>22,4</b>	<b>22,5</b>

FONTE: Conjuntura Econômica (junho de 1975). Citado em Baer, W., R. Newfarmer e T. J. Trebat, 1976.

dado antes de 1964. E mais, o pequeno incremento havido explicou-se primordialmente pela elevação dos gastos de transferências, representado pelos pagamentos à previdência social e cujo destino principal foi o financiamento da construção residencial (via FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) ou o pagamento direto de indenizações, aposentadorias e pensões.

Mesmo sem evidências muito precisas, parece plausível considerar que os gastos militares *tenham se elevado como proporção*

26. Estamos considerando aqui também os subsídios e transferências governamentais, que na fórmula da DIB estão "contidos" em C e I.

do PIB, devido ao aumento no número de efetivos, nas taxas de salários e nas compras de equipamentos. Mas isto foi mais que "compensado" pelo declínio das despesas em outros itens (sempre como proporção do PIB), como subsídios (graças, por exemplo, à mudança na política de preços das empresas públicas bem como aos mais "realistas" preços de divisas), salários dos funcionários públicos (caso em que houve inclusive redução absoluta em termos reais), saúde pública, etc.

Nesse sentido, as referidas despesas não provocaram relativamente uma elevação da demanda efetiva através do gasto público, porquanto tiveram como contrapartida uma redução em outros itens desse gasto.<sup>27</sup> Aliás, convém notar que as mudanças no padrão de financiamento do setor público, desde 1964, provocaram uma constante redução do déficit orçamentário, a ponto deste praticamente desaparecer a partir de 1970 e transformar-se num superavit desde 1972. Isto sem contar que o déficit já vinha sendo sob-refinanciado desde 1969 pela colocação de títulos da dívida pública. Nesse sentido, ao contrário do logicamente previsto no "modelo" subimperialista, o setor público passou a atuar como fator de *absorção de demanda efetiva*.<sup>28</sup>

No que se refere às exportações, o indicador mais correto para avaliar a hipótese subimperialista não consiste, como parecem supor seus formuladores, no simples exame da evolução do impacto das vendas externas na DIB. O que importa considerar é sobretudo a diferença entre exportações e importações (SBC), ou seja, a magnitude do *export surplus*. Somente quando esta for positiva é que estará contribuindo positivamente para o nível da DIB e somente quando crescer estará incidindo positivamente no crescimento da DIB.

Ora, como indica a tabela 2, a contribuição do SBC para o nível da DIB apresentou uma tendência clara à diminuição entre 1965 e 1975, sendo a partir de 1967 *negativa*; em 1965 e 1966 foi positiva mas insignificante (menos de um por cento). Outro tanto pode-se constatar pela contribuição da variação ano a ano do SBC sobre o crescimento da DIB, a qual foi *negativa* em todos os anos anotados, exceto em três e nesses casos também insigni-

27. No que se refere à fabricação de armamentos, que Marini assegura tender a constituir um dos pilares da economia a partir da instauração do regime militar, lamentavelmente não encontramos dados estatísticos que pudessem dar uma idéia do seu significado. Marini tampouco os apresenta e provavelmente também não os tem. Mas não se necessita de dados precisos para considerar como uma extravagância tanto a insinuação de um paralelo, nesse terreno, entre a economia brasileira pós 1964 com a alemã dos anos trinta, quanto a idéia de que a indústria bélica veio a constituir-se no (ou num) carro-chefe, junto com as exportações, da expansão da economia.

28. Assim, em absoluto não tendeu a configurar-se uma *fiscal crisis of the state* no Brasil pós 64, resultado este que se obteve, em desmedro das "funções sociais" do governo e graças a um significativo incremento em suas receitas.

TABELA 2

**Brasil: Contribuição do Saldo da Balança Comercial (SBC)  
para a Despesa Interna Bruta (DIB)  
(milhões de cruzeiros de 1970 e porcentagens)**

	SBC *	SBC (%) DIB	Variação do SBC (1)	Variação da DIB (2)	(1) (%) *** (2)
1965	1.387,6	0,9	—	—	—
1966	394,0	0,2	— 993,6	2.802,6	— 35,4
1967	— 735,3	— 0,4	— 1.129,2	8.290,5	— 13,6
1968	— 925,9	— 0,5	— 190,7	17.497,3	— 1,1
1969	— 123,5	— 0,06	802,4	17.288,9	+ 4,6
1970	— 816,1	— 0,4	— 692,6	16.872,4	— 4,1
1971	— 4.375,4	— 2,0	— 3.559,3	27.704,0	— 12,8
1972	— 3.459,3	— 1,3	+ 916,1	27.704,0	3,3
1973	— 3.040,0	— 1,0	+ 418,5	36.661,0	1,1
1974	— 14.214,2	— 4,3	— 9.526,4 **	38.743,9 **	— 24,6
1975	— 10.918,6	— 3,1	—	—	—

FONTE: Calculado a partir de dados básicos das Contas Nacionais, *Conjuntura Econômica*, julho de 1977.

- \* Valor das exportações e bens e serviços menos o valor das importações de bens e serviços. Não se incluem os pagamentos a "serviços de fatores".
- \*\* Valor médio de 1974-1975 menos o valor de 1973.
- \*\*\* Indica que proporção do crescimento da DIB entre o ano  $n$  e o ano  $n - 1$  foi explicada pela variação do SBC entre esses mesmos anos.

ficante<sup>29</sup>, em contraste com a dimensão absoluta do impacto negativo nos anos restantes.<sup>30</sup> Portanto, o SBC funcionou como fator não de elevação da demanda efetiva doméstica, isto é, de absorvedor de excedente, mas sim como fator de elevação (e mudança da composição) da oferta, ocorrendo exatamente o *oposto* ao previsto nas análises do subimperialismo.

Na verdade, as proposições dessas análises não se sustentariam *mesmo que* se considerasse, para testá-las, o indicador mais precário, para não dizer errôneo, representado pela evolução apenas das exportações. Estas cresceram aceleradamente entre 1965-1975, mas explicaram somente *um oitavo* do crescimento da DIB.<sup>31</sup>

29. Por exemplo, em 1969, ano em que a contribuição foi maior, a variação do SBC com relação a 1968 explicou somente 4,6% do aumento total da DIB.

30. Considerando-se apenas os anos extremos do período, a contribuição do SBC para o crescimento total da DIB foi *negativa*, da ordem de 6%.

31. Dado obtido a partir da fonte indicada na Tabela 2.

O que dizer das exportações de manufaturados, que, segundo afirma Marini, deveriam ser a "tábua de salvação" da economia a partir de meados dos sessenta na medida em que permitiriam contrabalançar os efeitos do subconsumo? Sua contribuição para o crescimento da DIB foi absolutamente insignificante, pois explicaram tão-somente um terço do crescimento das exportações totais (Tabela 3), as quais, como dissemos acima, explicaram, por sua vez, somente um oitavo do crescimento da DIB.

**TABELA 3**

**Exportações brasileiras**  
(Valores em milhões de dólares correntes,  
variações anuais em porcentagens)

	Produtos Primários		Produtos Industriais		Total	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
1964	1.340,5	—	89,3	—	1.429,8	—
1965	1.466,5	9,4	129,0	44,5	1.595,5	11,6
1966	1.598,6	9,0	142,5	10,5	1.741,4	9,1
1967	1.490,2	— 6,8	163,8	14,9	1.654,0	— 5,0
1968	1.706,3	14,5	175,0	6,8	1.881,3	13,7
1969	2.066,5	21,1	244,7	39,8	2.311,2	22,9
1970	2.373,2	14,8	365,7	49,4	2.738,9	18,5
1971	2.381,0	0,3	522,9	43,0	2.903,9	6,0
1972	3.160,9	32,8	830,3	58,8	3.991,2	37,4
1973	4.864,8	53,9	1.334,4	60,7	6.199,2	55,3
1974	5.804,5	19,3	2.146,7	60,9	7.951,2	28,3
1975	6.165,1	6,2	2.504,8	16,7	8.669,9	9,0
1976	7.579,8	22,9	2.550,6	1,8	10.130,4	16,8

FONTE: Secretaria do Planejamento da Presidência da República.

Inclusive em relação ao aumento da produção industrial a contribuição das exportações de manufaturados não foi importante, algo menos de 3%, segundo a tabela 4.<sup>32</sup> Entre essas exporta-

32. Outras fontes sugerem que a referida contribuição pode ter sido maior mas em todo caso sempre no nível de um dígito (talvez entre 4 e 6%, o que continua a representar uma proporção reduzida). Para alguns ramos isolados, principalmente do grupo das "tradicionais" como vestuário e calçados — e não para os de BCD, como predisse a análise do subimperialismo — a contribuição foi mais relevante. Para as atividades produtoras de BCD, apesar do crescimento rápido de suas exportações a partir de 1970, a contribuição não teve maior significado. E esse crescimento rápido deveu-se menos a problemas de demanda interna, que por sinal cresceu aceleradamente, e mais aos incentivos e pressões governamentais bem como à divisão regional do trabalho de empresas multinacionais, e ao fato aritmético de que partiam de um montante reduzido.

**TABELA 4**

**Produção e exportações industriais**  
(em milhões de cruzeiros de 1970)

Anos	Produção Industrial	Exportações Industriais
	(a)	(b)
1965	57.366	1.105
1966	65.456	982
1967	65.552	1.303
1968	76.630	1.363
1969	84.600	1.774
1970	95.513	2.459
1971	109.076	2.790
1972	128.927	3.887
1973	149.298	4.023
1974	160.645	4.046
1975	166.589	4.484

FONTE: Bonelli, R. e P. Malan, 1976.

ções predominam as oriundas das indústrias "tradicionais" (ao redor de uns 50%), onde, diga-se de passagem, a chamada burguesia nacional tem um peso nada desprezível<sup>33</sup>, beneficiando-se portanto da abertura exportadora da economia, ao contrário do que sentenciava Marini.

Na verdade, no Brasil, a componente fundamental do crescimento da demanda (em termos *ex-post*) foi, em vez do *export surplus* ou dos gastos militares, o *consumo privado*, cujo crescimento entre 1965-75 explicou quase dois terços do aumento da DIB. E isto deveu-se a fatores do tipo elevação da renda dos grupos médios altos, financiamento ao consumo, crescimento do emprego, etc.

Este último aspecto, do emprego, nos remete, de passagem, à aberrante suposição que Marini utiliza na sua versão mais "crua" da teoria do subimperialismo para explicar a estreiteza do mercado interno: que a penetração do capital estrangeiro na indústria interna, ao implicar em maior utilização de tecnologia moderna, levaria à *redução absoluta* do nível de ocupação.

33. Inclusive seus setores "menos" monopolistas. Como assinala um informe do IPEA, referindo-se provavelmente a 1973, cerca de 80% das exportações das empresas privadas nacionais são feitas por firmas consideradas pequenas e médias (Doellinger e Cavalcanti, 1975, p. 72).

Como indicou o último censo industrial, entre 1959 e 1970 o emprego industrial aumentou em 50,2%, não obstante a relativa estagnação do setor entre 1962 e 1967. E de 1966-67 a 1972-73 o aumento da ocupação manufatureira alcançou a média de crescimento anual de 9%.<sup>34</sup>

Evidentemente, o fato de não ter sido significativo como componente da demanda global não implicou que o aumento das exportações fosse irrelevante para o crescimento da economia no período analisado. Ao contrário, seu notável dinamismo, indicado na tabela 3, representou um papel *qualitativo* crucial para a performance da economia. Mas a motivação governamental ao montar uma formidável bateria de incentivos e estímulos às exportações não foi a de elevar a demanda efetiva global e sim, primordialmente, a de gerar as divisas indispensáveis para obter a desejada abertura da economia, em termos de importações, endividamento, formação de reservas e maiores investimentos estrangeiros. E, vale notar, é precisamente o peso em termos de saída de divisas que essa abertura representou e que não pôde ser contrabalançado por muito mais tempo pelas entradas, mesmo rapidamente crescente, decorrentes das exportações, que seguramente obrigará a política econômica a orientar-se no sentido da criação de um *export surplus* nos próximos anos, não com o propósito de elevar a demanda efetiva mas sim para que a economia, dado o estilo em que se desenvolveu, possa pagar o preço de “ter vivido além dos meios”, para usar uma expressão grata à direita quando critica governos de orientação mais populista.

#### IV. A “TEORIA” DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO (OU A MAIS-VALIA QUE NUNCA É RELATIVA)

O que dizer em relação à “lógica de ferro” da superexploração do trabalho, que, dentro da dialética de Marini, passou de consequência do intercâmbio desigual a fundamento do subimperialismo (na sua versão menos crua), representando, segundo o autor, o traço essencial do capitalismo dependente?

De início, convém deixar estabelecido que no Brasil a concentração da renda durante a vigência do regime militar aumentou — a funcional em favor do capital, a pessoal em favor dos 5% de maiores rendas e a correspondente a salários e ordenados em

<sup>34</sup>. De acordo com os dados do Boletim do SEPT, Ministério do Trabalho. Mesmo evitando a base 1966-67, quando o nível da atividade industrial ainda era muito baixo, as tendências de crescimento do emprego manufatureiro mantêm-se elevadas: 7% anual entre 1969-70 e 1972-73.

favor dos grupos mais altos da hierarquia das empresas. Foi marcante, nesse processo, a supressão, mediante a repressão, das liberdades de organização, representação política e protesto dos setores populares, incluídos os sindicatos, que foram levados a uma situação de impotência. Nos primeiros anos do regime houve inclusive uma redução absoluta das taxas de salários de grupos ponderáveis dos trabalhadores, especialmente dos menos qualificados, tendo a recuperação dos níveis reais anteriores<sup>35</sup>, se é que chegou a completar-se, tido lugar em forma lenta, irregular e penosa, não obstante o veloz e sustentado aumento da produtividade média da força de trabalho desde 1968, inclusive.

É plausível, por outro lado, o diagnóstico de corte estruturalista que sublinha a) terem os BCD se constituído num (ou mesmo *no* principal) eixo dinâmico de crescimento da economia desde há quase vinte anos — fenómeno que, com diferenças de tempo e alguma ênfase, tem se repetido em outros países da América Latina — bem como b) haver uma disparidade “atípica” — tomando-se como referência os países capitalistas desenvolvidos — entre as formas de consumo “moderno” que se tem difundido e que em grande parte se associam aos BCD, e a renda média de muitos países da região (e, obviamente, as remunerações da força de trabalho).

As duas premissas estrutural-cepalinas<sup>36</sup> nos parecem corretas, mas o raciocínio que desenvolve e as conclusões a que chega Marini a partir delas, constituem exemplo típico da incapacidade para reter o carácter contraditório de todo processo económico-social e baseiam-se na correlata propensão de levar sempre ao limite tendências que se manifestam em determinadas fases do referido processo, aprisionando-as, estaticamente, sob a forma de supostas “leis”. Vejamos como.

De início, é útil recordar que é válida a um certo nível de abstracção<sup>37</sup> a idéia que Marini toma emprestada da análise económica de tradição marxista segundo a qual se não é possível reduzir o custo em valor-trabalho da mão-de-obra através da redução do valor das mercadorias necessárias à sua subsistência (supondo seu salário real constante) a taxa de mais-valia só pode aumentar mediante uma extensão da jornada de trabalho<sup>38</sup>, ou mediante uma redução dos salários (em valor e também em termos reais, posto que o valor unitário das mercadorias que o trabalhador consome não mudou). E é com base nessa premissa teórica que Marini, supondo que a mão-de-obra não con-

35. Para os dados e a discussão sobre a evolução da distribuição da renda e dos salários ver: DIEESE, 1975, Suplicy, 1977, Bacha e Taylor, 1977 e Macedo, 1977.

36. Ver, por exemplo, CEPAL, 1969 e, entre outros, os diversos trabalhos de Aníbal Pinto e Celso Furtado.

37. Por exemplo, não considerando os problemas de transformação de valor em preços.

38. Sem que o salário-hora se mantenha, suposto que Marini se esquece de fazer.

some (ou mal o faz) produtos industriais, conclui que não há maneira de a indústria elevar o excedente por trabalhador a não ser através de um dos expedientes assinalados. Nessa circunstância, segundo Marini afirma, o industrial deixaria de lado inclusive a preocupação com o aumento da produtividade do trabalho, pois esse aumento reduziria o valor (trabalho) unitário de mercadorias que os trabalhadores não consomem, não permitindo, portanto, o aumento da taxa de mais-valia. E se esta não se eleva, como iria o industrial acumular? Ele se vê obrigado, portanto, a aumentá-la "à força", superexplorando a mão-de-obra, via aumento das horas trabalhadas e/ou da redução do seu salário. Ou seja, inexistiria a possibilidade de produzir-se mais-valia relativa, restando apenas a mais-valia absoluta. Nesse sentido, a sobrevivência e a expansão do capitalismo dependente estariam condicionadas à extensão da jornada de trabalho e/ou à redução *absoluta* dos salários reais.

Alinhemos alguns dos equívocos que estão por trás dessa conclusão.

1. O que interessa para o industrial não é a taxa de *mais-valia* e sim a taxa de *lucro*, a qual representa, para o comportamento do empresário, o elemento fundamental do movimento da economia capitalista. E mesmo que não pudesse elevar sua taxa de mais-valia, devido a que os trabalhadores não consomem seus produtos, a indústria poderia elevar sua taxa de lucro, mediante o barateamento em valor do capital constante (para ficar dentro da conceituação marxista), ou seja, a elevação da produtividade da força de trabalho empregada na sua produção. Nesse caso aumentaria a relação produto-capital em valor<sup>39</sup>, mantendo-se constantes a produtividade do trabalho e a taxa de mais-valia (supondo-se que os salários em valor não se elevem). E a taxa de lucro se elevaria *não obstante* a constância dessas duas últimas relações.

Como se poderia baratear o capital constante em valor? Mediante a melhora na qualidade ou pelo uso mais eficiente (por exemplo, devido a economias de escala) do capital constante empregado no setor que *produz* capital constante. Com isso se elevaria a produtividade da força de trabalho ocupada nesse

<sup>39</sup>. Diz-se relação produto-capital *em valor* apenas para indicar que os elementos que entram em sua determinação estão medidos em valor, e não, evidentemente, porque ela seja medida em valor. Pode-se demonstrar facilmente que  $r = \alpha(1-n)$ , sendo  $r$  a taxa de lucro,  $\alpha$  a relação produto-capital em valor e  $n$  a participação dos salários no produto (também em valor). Supondo  $n$  constante (ou seja, a taxa de mais-valia constante) um aumento de um por cento em  $\alpha$  provoca semelhante elevação em  $r$ , tendo efeito idêntico ao da diminuição de um por cento em  $n$ . Por sua vez, a variação de  $n$  é exatamente igual à da taxa de mais-valia, com o sinal trocado. Supusemos que a taxa de lucro se calcula apenas a partir do capital constante; do contrário a fórmula seria igual à apresentada na nota 13. Mas isso não altera o fundamental do nosso raciocínio.

setor sem aumentar a relação produto-capital em valor ou a taxa de lucro do setor; tampouco se alteraria a taxa de mais-valia.<sup>40</sup> Ademais, a indústria poderia apropriar-se de mais-valia elevando a produtividade nas fábricas dos bens que vende, por exemplo, à agricultura — sem transferir os resultados desse aumento aos preços e financiando aos agricultores a compra do aumento da produção que decorreu do incremento da produtividade: ou, ainda, caso reduzisse os preços, poderia elevar sua taxa de mais-valia graças à desvalorização dos bens-salário devida, por sua vez, ao barateamento (ou melhora da qualidade) dos bens industriais que a agricultura adquire (supondo salários reais constantes na indústria e na agricultura e que a agricultura transfere pelo menos parte do seu aumento de produtividade aos preços).<sup>41</sup>

Assim, Marini revelou desconhecer o papel que pode apresentar o progresso técnico na produção de mercadorias que integram o capital constante e daí na elevação da produtividade e da taxa de lucros<sup>42</sup>, papel que historicamente foi vital para o desenvolvimento do capitalismo. Para este, a “desvalorização” ou a “melhora” do capital constante pode ser tão importante quanto a desvalorização direta dos bens-salário. Disso decorre que mesmo se a hipótese de que os trabalhadores não consomem produtos industriais fosse correta, esta circunstância não bloquearia *necessariamente* o desenvolvimento capitalista nem levaria necessariamente a que a única

40. Note-se que neste caso a produtividade do trabalho se eleva sem que tenha aumentado, necessariamente, a composição orgânica do capital, circunstância que Marini parece crer impossível, quando, por exemplo, escreve que: “O conceito de subimperialismo (...) aponta à especificação de como incide na economia dependente a lei segundo a qual o aumento da produtividade do trabalho (e portanto da composição orgânica do capital) acarreta um aumento da superexploração”. (Ibid., p. 99) (grifo nosso).

Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho como consequência do aumento da composição orgânica é apenas *uma* das alternativas. Um domínio tão frágil das categorias marxistas continua sendo surpreendente em quem se propõe formular “leis” do desenvolvimento capitalista na periferia e inclusive acelerar “o parto da teoria marxista da dependência” (Ibid., p. 101; ver também p. 99). Sua confusão conceitual e aritmética chega ao ponto de levá-lo a dizer que: “O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que implica produzir mais no mesmo tempo e com um mesmo gasto de força de trabalho, reduz a quantidade de trabalho incorporada ao produto individual e reduz portanto seu valor, afetando negativamente a mais-valia” (ibid., p. 95).

Ora, é evidente que se a massa de valor produzido não decresce, e não haveria por que supor o contrário, e se o salário em valor da força de trabalho não aumenta (o real, sim, poderia aumentar), e não haveria por que supor o contrário, a mais-valia não se reduzirá.

41. O raciocínio para a agricultura pode ser estendido ao setor produtor de bens-salário em geral, incluindo atividades industriais.

42. Recapitulando: o barateamento do capital constante, sem alterar sua qualidade e a eficiência do seu uso, leva a um aumento da taxa de lucros, mantendo a produtividade do trabalho constante; a melhora da qualidade ou do uso do capital constante no setor produtor de capital constante não aumenta a taxa de lucro mas sim a produtividade do trabalho, diminuindo o valor unitário de sua produção. Mas isto permite o barateamento desses bens, que leva ao aumento da taxa de lucro. Estamos supondo em ambos os casos que a taxa de mais-valia não se altera. Evidentemente, uma combinação simultânea de ambos os fenômenos (barateamento e melhora da qualidade ou do uso) pode levar a um aumento simultâneo da taxa de lucro e da produtividade do trabalho.

“solução” para o sistema consistisse no aumento da jornada de trabalho ou na redução absoluta dos salários. Entenda-se: isto não significa que em certas conjunturas específicas de uma economia capitalista — como no caso brasileiro dos anos sessenta<sup>43</sup> — a referida redução seja prescindível. Mas entre isso e a dedução de que o dilema “superexplorar” ou perecer se transforma numa lei que se repõe inexoravelmente, há uma distância enorme, ocupada pela falta de rigor teórico e de acuidade analítica.

2. A partir da suposição de que os trabalhadores não consomem bens manufaturados concluir que os industriais não se interessariam por aumentar a produtividade da força de trabalho não constitui uma aberração somente teórica. No Brasil, entre 1959 e 1970 a produtividade da força de trabalho industrial elevou-se em 75% (Bonelli, 1975, Apêndice). Por outro lado, o número de horas trabalhadas por semana aumentou no mesmo período em cerca de 4,4% (Bonelli, *op. cit.*) o que não poderia explicar mais do que uma pequena parte do aumento na taxa de exploração. Isto desmente a idéia que atribui um papel crucial do aumento da jornada de trabalho para explicar o crescimento havido.<sup>44</sup>
3. Ademais, é errôneo supor, como faz Marini, que os produtos industriais são irrelevantes na cesta de consumo da massa de trabalhadores. Através de uma pesquisa sobre o padrão de vida da classe trabalhadora da cidade de São Paulo (DIEESE, 1974) constatou-se que em 1969-70 cerca de 32% das despesas das famílias cuja renda era inferior a 3,1 salários mínimos eram destinados a produtos e serviços diferentes de alimentação e habitação, sendo que somente para vestuário e equipamento doméstico eram destinados 13,6% dos gastos. Para as famílias cuja renda variava entre 3,1 e 6,2 salários mínimos aquelas percentagens eram 37 e 15,5% respectivamente. Não haveria que ignorar, além do mais, que parte dos alimentos são semi-industrializados e que mesmo para os que não são, o processo de produção, transporte e comercialização requer insumos industriais.
4. Quando Marini se corrige dizendo que onde “o aumento da produtividade conduzida pela técnica não pode traduzir-se em lucros” é no setor de BCD (e não no conjunto da indústria), não faz mais que renovar seus equívocos. Com efeito, parte do que mencionamos em relação ao conjunto da indústria vale para o setor de BCD: mesmo admitindo que os trabalha-

43. Ver, a respeito, Tavares e Serra, 1970.

44. Não se dispõe, evidentemente, de estimativas quanto ao aumento de desgaste de energia da mão-de-obra por hora trabalhada. Mas seria irrealista supor que seu virtual aumento pudesse explicar parte significativa da elevação da produtividade.

dores praticamente não consomem seus produtos, esse setor pode elevar a taxa de lucros mediante a “desvalorização” do seu capital, e aumentar a produtividade, mediante a melhora da qualidade ou do uso mais eficiente do seu capital. Com a devida cautela pelo fato de que relação produto-capital em valor ou em preços não significa a mesma coisa, é interessante constatar o aumento considerável desse coeficiente, calculado através de preços constantes, nos ramos representativos do setor de BCD (ramos de material elétrico e transportes): entre 1959 e 1970 cerca de 12% (Bonelli, 1975, Apêndice).<sup>45</sup>

Mas não foi somente a relação produto-capital que aumentou. A produtividade do trabalho o fez também, e em proporção maior que a do conjunto da indústria (ver Bonelli, *op. cit.*), não obstante Marini ter considerado que isso seria inútil para o setor; note-se, ademais, que para esse aumento a contribuição da extensão da jornada de trabalho não foi significativa.

5. Por último, dentro da ciranda de equívocos, lembraríamos ainda a idéia de Marini segundo a qual, ao comprimir-se a capacidade de consumo dos trabalhadores, “se fecha *qualquer* possibilidade de estímulo ao investimento” (grifo nosso) no setor produtor de bens-salário, circunstância que, fatalmente, impediria que o setor industrial aumentasse sua taxa de mais-valia através da “desvalorização” das mercadorias destinadas à reprodução da força de trabalho, fechando-se, assim, o círculo vicioso da superexploração. Nem tanto.

É bem verdade que poderia existir uma correlação elevada entre ritmo de crescimento da demanda por certo tipo de bens e a intensidade de penetração do progresso técnico na sua produção. Mas daí a deduzir-se uma lei que assegure a impossibilidade de que o segundo ocorra sem que haja uma demanda dinâmica há uma distância enorme. Sobretudo se, como insinua Marini, o capitalismo dependente estivesse à beira do colapso devido à progressiva elevação dos preços relativos dos bens-salário, a qual decorreria da constância dos valores unitários desses bens enquanto as demais mercadorias, com o acesso ao progresso técnico, iriam se desvalorizando. Se isto de fato ocorresse, que outro poderoso aliciante para elevar a produtividade nas atividades produtoras de bens-salário haveria?

45. No caso particular da indústria de materiais de transporte se a participação dos salários no produto (valor adicionado) tiver realmente aumentado de 30,8 para 35,8% durante o período citado (o que constitui uma quase exceção dentro do conjunto da indústria, pois em 18 dos 21 ramais do setor a referida participação teria baixado) terá sido precisamente o aumento da relação produto-capital (em preços) o fator que impediu que a taxa de lucro declinasse em razão da maior participação dos salários no produto e até contribuiu para um pequeno aumento da referida taxa (os dados são de Bonelli, *op. cit.*).

Mas depois de colidir com a lógica Marini colide de novo com os fatos. Notemos que ao longo dos anos sessenta as indústrias de bens-salário estiveram, é certo, por trás das outras e da média do setor industrial no que se refere a investimento e crescimento. Isto seria de esperar, tanto devido ao papel subordinado desses ramos no processo de acumulação capitalista, quanto pelas elasticidades renda da demanda (dado o padrão de distribuição da renda prevalecente) e pela compressão salarial que teve lugar. Mas seu crescimento ao longo da década bem como os investimentos nelas realizados não foram desprezíveis, do mesmo modo que não o foram a elevação da produtividade do trabalho e, portanto, a “desvalorização” dos bens produzidos: entre 1959 e 1970 o produto real dos ramos mais representativos dos bens-salário (têxteis, vestuário e calçado, alimentos, bebida e tabaco) aumentou em 80%, a produtividade do trabalho em 46% e o estoque de capital em 90% (média não ponderada). E esta tendência acentuou-se a partir da recuperação do dinamismo do crescimento industrial, dados os efeitos deste sobre o emprego e a taxa de salários, atuando no mesmo sentido os incentivos às exportações de manufaturados. Assim, entre 1969 e 1973 a produção de bens de consumo não durável — BCND — elevou-se a 12,3% ao ano (ver Malan e Bonelli, 1976, p. 372) e é de presumir-se que nesse quadriênio o investimento e produtividade nos ramos correspondentes aumentaram acentuadamente. Dir-se-á, com razão, que parte desse dinamismo se explica pelo crescimento das exportações, que somente para os têxteis elevaram-se duas vezes e meia em quantum entre 1970-1974 (*Conjuntura Econômica*, fevereiro de 1977). Mas o argumento não é esse.

O fundamental é que não houve congelamento tecnológico do setor de BCND nem, muito menos, estagnação da produtividade da força de trabalho nele ocupada. O suposto círculo vicioso da superexploração não se fecha, portanto, por aí.<sup>46</sup>

46. No fundo, o engano de Marini, ainda que acidentalmente, guarda familiaridade como o modelo ricardiano simples, segundo o qual os trabalhadores só consomem um tipo de produto, não industrial, cuja produção não se beneficia do progresso técnico e que está sujeita a rendimentos decrescentes, sendo a taxa de lucro determinada pela produtividade do trabalho na terra marginal (dados os salários, que estão regulados pelo nível de subsistência e são portanto supostos constantes em termos reais). A diferença mais importante com esse modelo é que Marini não supõe que os rendimentos na produção de bens-salário sejam decrescentes. Por outro lado, para Marini, a taxa de lucro não é necessariamente decrescente como no modelo ricardiano, mas também não tem como elevar-se a não ser mediante redução dos salários e aumento da jornada de trabalho (que Ricardo toma como invariantes). Mas os erros básicos são parecidos: primeiro, a suposição de que os trabalhadores não consomem outros bens (diferentes dos alimentos agrícolas — milho — no caso de Ricardo ou os provenientes da agricultura e das indústrias tradicionais no caso de Marini, na sua versão menos crua; na mais crua ele supõe que os trabalhadores não consomem produtos industriais); segundo, que o progresso técnico é definitivamente avesso às atividades produtoras de bens-salário. De qualquer modo, se Marini conhecesse os escritos de Ricardo, bem como dos autores que os criticaram (inclu-

As considerações anteriores, ao mesmo tempo que diluem os determinismos mais simplistas da "lei" da superexploração, abrem também espaço para a introdução de outros elementos relacionados com a evolução da estrutura produtiva e dos salários dos trabalhadores. Dada, sem embargo, sua complexidade, escaparia aos limites deste artigo analisá-los aqui, razão pela qual deixaremos apenas indicadas algumas questões pertinentes ao assunto.

Quando se pergunta, por exemplo, por que a modernização e a "desvalorização" havida não permitiram nem criaram condições para uma política salarial "menos dura", haveria que levar em conta que a relação produto-capital (em preços constantes) no setor de BCND *diminuiu*, ao menos ao longo dos anos sessenta. Ou seja, neste aspecto, não foi somente a lenta "desvalorização" dos bens-salário que contribuiu para amarrar os salários mas também a insuficiente melhora da qualidade ou do uso mais eficiente do capital investido no setor.<sup>47</sup>

Um outro ponto relevante se relacionaria com a indagação de por que a modernização e a "desvalorização" na produção de BCND não andaram mais depressa. Parte da resposta, sem dúvida, teria que ver com as limitações havidas no crescimento da demanda, derivadas pelo menos de dois fatores: a) uma certa "substituição" no consumo de BCND por BCD mesmo entre os setores sociais de renda mais baixa, como resultado do efeito-demonstração, do barateamento relativo dos segundos em relação aos primeiros e das facilidades de crédito<sup>48</sup>; b) a compressão das taxas de salários dos trabalhadores menos qualificados (inclusive parte dos trabalhadores de "colarinho branco", como é o caso dos funcionários

sive Marx) poderia ter-se dado conta dos seus erros, pois o rigor do mesmo Ricardo e a agudeza dos seus seguidores e críticos, permitem identificar com absoluta clareza quais são os pressupostos dos quais o autor inglês parte e quais as conseqüências de sua análise.

47. Talvez coubesse especular, por outro lado, se os subsídios concedidos às exportações de bens-salário manufaturados (sob a forma de créditos, isenções tributárias ou devolução de impostos, etc.) não poderiam ter sido dados, alternativamente, para sua venda no mercado interno, com conseqüentes efeitos positivos sobre os salários reais. Haveria que levar em conta, porém, que esses efeitos seriam de pequena monta. Por outro lado, a prioridade às exportações estabeleceu-se em função da estratégia de abertura da economia, tão incondicionadamente perseguida desde 1964 (estratégia que, por certo, não obedeceu a nenhuma compulsão "subimperialista").
48. Para indicações sobre essa substituição nos anos sessenta ver a já citada pesquisa sobre o padrão de vida da classe trabalhadora em São Paulo (DIEESE, 1974). Como nela se indica, a substituição teve lugar não obstante ser a renda média real das famílias em 1969-70 mais ou menos a mesma que em 1959. Quanto aos preços relativos, os dados são eloqüentes: entre 1969 (primeiro semestre) e 1976 o preço médio dos BCD elevou-se 3,4 vezes enquanto o preço médio dos BCND aumentou 5,3 vezes e o preço médio dos bens de consumo e de produção reunidos 4,8 vezes. (Dados de Conjuntura Econômica, setembro de 1977). É evidente, desde logo, que a diferença na evolução dos preços relativos configura um fenômeno recorrente: limita a demanda por BCND o que, por sua vez, limita o crescimento da agrupação correspondente e portanto sua modernização.

públicos e bancários) até, provavelmente, fins da década passada. Isto *não* nos leva de volta ao argumento de Marini, de acordo com o qual a falta de poder de compra dos trabalhadores fecha “qualquer possibilidade de estímulo ao investimento” nas atividades produtoras de bens-salário. Primeiro porque, como vimos, tal coisa não acontece, podendo o setor dinamizar-se na medida em que a economia e o crescimento do emprego o façam. Segundo porque Marini atribui essa falta de poder de compra à circunstância de que as atividades industriais líderes, produtoras de BCD, só poderiam elevar seus lucros (ou mantê-los) graças à redução (ou congelamento) dos salários ou da extensão da jornada de trabalho, o que, como também já vimos, não é certo.

Uma idéia simples que lembrariamos aqui é a de que a compressão salarial, na proporção em que ocorreu, não se deveu exclusivamente a uma lógica inexorável da economia do “capitalismo dependente” a qual teria obedecido cegamente à repressão política, que efetivamente se deu e que anulou as possibilidades de organização e protesto dos setores populares. Por certo, dada a correlação de forças que tomou o poder em 1964, havia limites “estruturais” para as soluções possíveis à crise econômica de 1963-64. Mas foi o reacionarismo daquelas forças e a considerável fraqueza dos sindicatos e agrupamentos políticos afins que levaram o arrocho salarial e as políticas econômicas “anti-sociais” tão longe como foram. E uma vez que a economia encontrou o caminho da recuperação, em condições de um patamar salarial mais baixo “embutido” nos seus esquemas de acumulação<sup>49</sup>, tornou-se muito mais difícil promover qualquer alteração significativa na política previamente adotada, sobretudo se vinda de “cima para baixo”. Não foi por menos que mesmo depois de 1968 e até 1973, em pleno auge do “milagre”, com a inflação praticamente estabilizada e o PIB crescendo a uma média elevadíssima, manteve-se uma política oficial de forte restrição salarial, ficando as melhorias eventualmente obtidas nesse terreno sujeitas às “forças de mercado” e não por conta seja da política governamental (que permaneceu restritiva), seja da ação sindical ou do protesto social, que seguiram tão ou mais reprimidos e inexistentes que antes.

Não se pretende negar que numa economia subdesenvolvida um padrão de crescimento dinamizado pelos BCD tenda a ser

49. Um exemplo desse fenômeno foi a elevação dos encargos sociais da força de trabalho, que vieram a contrabalançar parcialmente o efeito da compressão salarial sobre os custos da mão-de-obra. Outro foi o espaço que a compressão salarial abriu para as atividades produtivas absorverem os maiores custos financeiros que caracterizaram a reorganização e o desenvolvimento do setor financeiro desde 1964.

restritivo no que se refere às possibilidades de redistribuir renda direta ou indiretamente (neste caso através das “despesas sociais” do Estado) e que, inclusive, chegue a induzir a uma maior concentração da mesma. Mas, pensando-se no caso do Brasil, não haveria por que dar-se por assentado que *devido* à sua capacidade para reorientar as curvas de demanda e mobilizar financiamento para suas vendas, o setor de BCD *tivesse* que crescer à taxa de 20% ao ano. Parece-nos que, em grande medida, o crescimento desse setor *também respondeu* à concentração da renda derivada de fatores “exógenos” como a repressão às liberdades de organização, representação política e protesto dos setores populares. E não haveria por que supor que a permanência ou reconquista parcial ou total dessas liberdades, em especial as referentes ao poder contratual dos sindicatos, tivesse sido ou seja *necessariamente* impeditiva para a *permanência* do sistema, devido a alguma imposição inarredável de “leis” que governariam o “capitalismo dependente”. Não é fora de propósito admitir que alguma redistribuição de renda (ou contenção de sua “desigualização”) derivada da pressão popular teria podido ou possa provocar numa determinada conjuntura cíclica uma certa margem de reajuste (dinâmico) da estrutura produtiva *sem* fraturar a espinha dorsal do capitalismo e mesmo sem congelar o setor de BCD, embora impossibilitando que este crescesse ou cresça a um ritmo tão frenético quanto ao que correspondeu ao período 1966-1973.

## V. UM QUASE EPÍLOGO

A árida tarefa que nos impusemos de rever os componentes fundamentais da teoria da superexploração, desde seu aparecimento como parte da explicação do intercâmbio desigual até sua versão atualizada no contexto do “subimperialismo”, pode ter enfastiado o leitor. Afinal, por que tanto empenho na crítica?

A resposta à questão já estava insinuada na introdução deste trabalho. Não é apenas porque Marini confundiu no intrincado enredo dos conceitos marxistas “germano com gênero humano”. Afinal, isto é comum e compreensível. Mas talvez ninguém tenha sido, na linha de pensamento de Marini, mais ambicioso intelectualmente do que ele. Sendo assim, mostrou, melhor do que ninguém, que sua análise, de aparência dialética, na verdade pratica um impiedoso reducionismo econômico que, ao projetar um cone de sombra sobre as alternativas históricas e as

opções políticas em cada conjuntura, instaura a primazia do *economicismo* e do *voluntarismo*.

Pode parecer um paradoxo mas é assim: ao mesmo tempo em que estabelece os prazos lógicos de férreas necessidades imaginárias (estagnação, subconsumo, superexploração, subimperialismo), transformando em tendência incoercível o que é fase de um ciclo e em necessidade o que é alternância ou possibilidade contraditória, este estilo de pensamento desarticula as opções políticas frente ao peso da economia, ao mesmo tempo em que deixa ardendo a pira sagrada da Revolução. Logo, só o assalto final, não à Razão, posto que este se faz aos poucos e a golpes de erros de lógica e de interpretação, mas ao Estado, no dia do Juízo Final, poderá pôr um ponto definitivo a tanto peso das estruturas da dependência, que se reproduzem como um Moloch animado pelo *motu continuo*.

Passa-se assim, imperceptivelmente, do economicismo equivocado ao voluntarismo político suicida.

A luta entre as classes, a criatividade na história, que permite o desdobramento dos conflitos na direção de alternativas menos presas ao acicate das "leis dependência", desaparecem da análise, para reaparecer ao final, como um *fiat* que permite romper o dilema entre fascismo e socialismo.

Se ao invés deste estilo glutão de análise, que engole a tessitura real da luta entre as classes para erguer um monumento à "lógica da situação" (ou do Capital, pois metodologicamente resulta a mesma coisa) se abrisse espaço teórico para reconhecer o que ocorre na prática — ou seja: que não existe uma "lógica econômica" que exclua a curto prazo opções diversas e contraditórias entre as classes e no seio da mesma classe — a análise ganharia e o caminho para o socialismo dependeria menos da crença teleológica nele do que de ações concretas em conjunturas específicas.

Convém reafirmar, para evitar incompreensões ou interpretações ligeiras, que não estamos opondo ao estilo catastrofista de análise uma visão apologética. Os dados expostos são suficientemente claros para mostrar que a exploração capitalista, mesmo se aos períodos de crise seguem períodos de bonança, continua fazendo-se de tal modo que o segredo de polichinelo da acumulação é a extração da mais-valia. Nem é nosso propósito negar que a extensão da jornada de trabalho, sub-remuneração, o subemprego e outros expedientes do gênero fazem parte da exploração capitalista, por mais que esta seja capaz, na periferia ou no centro, de permitir a industrialização e elevar os patamares da acumulação. Tampouco queremos ignorar o que nós próprios, como tantos outros, sempre denunciemos: a repressão

e o arrocho salarial foram componentes decisivos para explicar o “milagre” brasileiro.

Apenas não é correto supor que por isso o capitalismo periférico desliza para a estagnação (porque o mercado interno tenderia a não crescer) e que a “única saída” para assegurar a expansão está na militarização da economia e no crescente *export surplus*. Como vimos, as exportações de fato cresceram a uma taxa elevada, mas não o fizeram devido (ou à custa) de um estreitamento do mercado interno e sim para atender aos requisitos exponenciais — em termos de moedas fortes — da estratégia de abertura externa da economia, tão enfaticamente buscada desde 1964, com suas implicações sobre o crescimento acelerado das importações de bens de produção e dos “serviços” dos capitais de risco de empréstimo. Nada disso, evidentemente, obedece à lógica suposta pelos argumentos de Marini, a qual confunde a natureza contraditória do capitalismo com obstáculos que o impossibilitam.

Convém reafirmar: a economia brasileira — como toda economia capitalista — já passou por períodos cíclicos e de crises e certamente atravessará outros. Os obstáculos acima apontados constituem dificuldades que aguçam as contradições sociais que abrem possibilidades de reação. Mas não é correto imaginar que eles, por si, provocarão a destruição da ordem social vigente.

Exatamente porque o estilo economicista das interpretações da “dialética da dependência” desfiguram o movimento do real e procuram manter a idéia da Revolução ancorada em obstáculos intransponíveis de natureza econômica, a análise política se torna ao mesmo tempo ardorosa e inerte. Fazem-se apostas nos lances finais, quando, “em bloco”, os oprimidos poderão reagir diante da decomposição *inevitável* da ordem econômica, mas deixam-se as conjunturas específicas sem resposta. Supõe-se que se vá da repressão absoluta (o fascismo, a barbárie) ao socialismo, sem que se diga como: ao invés de propostas de caminhos que permitam à classe operária e aos assalariados em geral aumentar sua força concreta, ouve-se o coro de *slogans* principistas. Para não falar do horror que a política inspirada pelo catastrofismo e pelo principismo sente diante da necessidade de definir os campos dos aliados e de interferir, para alargar, nas brechas postas como possíveis pelas contradições que minam a coesão das classes dominantes.

Existe, portanto, uma relação direta entre os equívocos teóricos sobre o desenvolvimento capitalista da periferia e o simplismo político que é prescrito. Foi porque a pretensão dogmática de um saber economicista e voluntarista já fez pagar

caro a muita gente, em muitas circunstâncias, que nos pareceu que vale a pena desarticular a nova versão da mesma fábula, como tentamos fazer neste trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

- BACHA, E. e TAYLOR, L. 1977, *Brazilian Income Distribution in the 1960's: Facts, Models Results and the Controversy*. Cambridge, Mass., Mimeo.
- BAER, W., NEWFARMER, R. e TREBAT, T. 1976, "Considerações sobre o Capitalismo Estatal no Brasil: Algumas Questões e Problemas Novos". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 6 (3), dezembro.
- BONELLI, R. 1975, *Growth and Technological Change in Brazilian Manufacturing Industries during the Sixties*. Berkeley, Tese de Doutorado não publicada.
- BONELLI, R. e MALAN, P. 1976, "Os Limites do Possível: Notas sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos anos 70". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 6 (2), agosto.
- CARDOSO, F. H. 1964, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas), 1969a, *América Latina: El Pensamiento de la CEPAL*. Santiago, Editorial Universitaria.
- , 1969b, *Estudio Económico de América Latina — 1968*. Nova Iorque: Nações Unidas.
- , 1971, *Estudio Económico de América Latina — 1970*. Nova Iorque: Nações Unidas.
- , 1975, *El Desarrollo Económico Latinoamericano y la Coyuntura Internacional*. Santiago, Mimeo.
- DIEESE (Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) 1974, *Família Assalariada. Padrão e Custo de Vida*. São Paulo, Estudos Sócio-Econômicos 2, janeiro.
- , 1975, *Dez Anos de Política Salarial*. São Paulo, Estudos Sócio-Econômicos 3, agosto.
- DOELLINGER, C. e CAVALCANTI, L. 1975, *Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA, Coleção Relatórios de Pesquisa.
- FRANK, A. G., 1968, *Latinoamerica: Subdesarrollo Capitalista o Revolución Socialista*. *Pensamiento Crítico* 13.
- , 1970, *Lumpen Burguesia Lumpen Desarrollo*. Santiago, Prensa Latinoamericana.
- JAGUARIBE, H., 1969, *Dependencia y Autonomía en América Latina*. *Panorama Económico* 243, abril.
- , 1972, *Crisis y Alternativas de América Latina*. Buenos Aires, Paidós.
- MACEDO, R. 1977, *Distribuição Funcional na Indústria de Transformação — Aspectos da Participação do Trabalho*. São Paulo, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Mimeo.
- MARINI, R. M. *Subdesarrollo y Revolución*. México, Siglo XXI, 1969.
- , 1972, *Brazilian Subimperialism*. *Monthly Review*, fevereiro.
- , 1973, *Dialéctica de la Dependencia*. México, Nueva Era.
- MARX, K. 1968, *Oeuvres Choisis — Économie* (Edição de Maximilien Rubel). Paris: Pléyade.

- PLATT, D. C. M., 1973, *Latin América and British Trade 1806-1914*. Nova Iorque: Barnes and Noble.
- SANTOS, T. 1969, *Socialismo o Fascismo: El Dilema Latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana. (Segunda Edição revista, 1972).
- SUPLICY, E. 1977, *Política Econômica Brasileira e Internacional*. São Paulo, Editora Vozes.
- TAVARES, M. C. e SERRA, J. 1970, "Além da Estagnação: Uma Discussão sobre o Estilo de Desenvolvimento Recente do Brasil", incluído em SERRA, J. (coordenador): *América Latina. Ensaios de Interpretação Econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.